



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP MARÇO, 2023

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

MÓDULO AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

AUDITORIA CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR MONTANHEIRO

PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR MONTANHEIRO

Estudante: Carolina Fernanda Ricci Cândido RA: 1012021100046

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP MARÇO, 2023

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	PROJETO INTEGRADO	4
2.1	AUDITORIA CONTÁBIL	4
2.1.1	AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	11
2.1.2	CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.	15
2.2	PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL	19
2.2.1	PERITO CONTÁBIL E A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL	23
2.2.2	ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL	27
2.2.3	MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL	29
2.3	CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARAR A VIDA: GERENCIANDO CONFLITOS	31
2.3.1	GERENCIANDO CONFLITOS	34
2.3.2	ESTUDANTES NA PRÁTICA	44
3.	CONCLUSÃO	45
	REFERÊNCIAS	47
	ANEXOS	48
	RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO	69

1. INTRODUÇÃO

Começar uma empresa sem um bom plano de negócios é o primeiro passo para o seu fracasso. É preciso definir a estrutura operacional da empresa, estabelecer um plano financeiro detalhado com os investimentos previstos, definir o capital de giro, custos e a previsão de rentabilidade da empresa nos primeiros anos (pelo menos 3 anos). Vale a pena, também, criar um plano de marketing para poder identificar claramente o seu público-alvo, seu mercado e suas estratégias de venda.

Se você não tem experiência na área em que deseja abrir a empresa, vale a pena procurar um sócio, um funcionário ou até mesmo uma consultoria que já tenha certa experiência no ramo em questão. A busca pelo conhecimento sobre a área em que você deseja atuar é fundamental para o seu sucesso.

Antes de iniciar as atividades, é fundamental ter em mãos pelo menos o dinheiro suficiente para manter as despesas gerais da empresa por um ano. Geralmente, os primeiros meses são de adaptação ao mercado e não geram grande entrada de dinheiro no caixa.

Talvez, você ainda não saiba, mas realizar auditoria contábil é essencial para a sua empresa. O processo assegura a precisão dos seus registros e a gestão de documentos, prevenindo problemas relacionados a fraudes ou a irregularidades fiscais.

Quando a ação se torna uma prática constante, você consegue atuar com mais tranquilidade e o melhor: passa a conhecer profundamente a situação financeira do seu negócio.

A auditoria contábil pode trazer com maior exatidão qualquer problema regulamentar da empresa, além de identificar a real situação financeira e econômica da empresa. A auditoria contábil é o procedimento que tem a finalidade de examinar minuciosamente os registros e documentos da empresa. O intuito reside em verificar se as informações estão corretas, se existe alguma alteração a ser feita ou alguma correção a ser providenciada.

Além de analisar os dados contábeis e financeiros, a referida auditoria também investiga os procedimentos administrativos, técnicos e éticos. Isso significa que é realizado um levantamento completo das práticas internas do seu negócio.

A realização do procedimento pode ocorrer em qualquer empresa, mesmo nas de médio ou pequeno porte. O interessante é que, ao conhecer de forma profunda o negócio, você terá mais facilidade para realizar uma gestão financeira eficiente essencial para fazer investimentos com mais segurança.

O objetivo deste Projeto Integrado é apresentar uma reflexão sobre a importância da auditoria contábil nas empresas, com uma boa auditoria contábil, você consegue encontrar as falhas no controle interno e na organização administrativa, o que possibilitará um estudo sobre novas estratégias e novas formas de ação. Isso significa otimização de resultados e melhoria na qualidade do serviço. A partir de uma análise das ações da empresa e de sua forma de atuação, identificar os erros e quais deles podem colocar o negócio em risco. É importante considerar tanto aspectos fiscais quanto aqueles relacionados à documentação, à organização de pagamentos e ao cumprimento das obrigações e dos encargos trabalhistas.

2. PROJETO INTEGRADO

2.1 AUDITORIA CONTÁBIL

O desenvolvimento do Projeto Integrado exige muita dedicação e conhecimento das diversas disciplinas do curso. O planejamento é essencial para que um plano de negócios seja bem estruturado e a empresa evite possíveis erros e consiga estruturar suas estratégias de maneira adequada como o mercado.

Assim, nasce a necessidade da elaboração do plano de negócio, pois o delineamento das ferramentas de Marketing, Visão, Valores, Posições de Mercado para a empresa Studio Aline Ricci Make, a empresa desenvolvida, apresentada neste trabalho é uma excelente prestadora de serviços no ramo de beleza e estética, uma das justificativas para isso é a preocupação com a imagem pessoal que o ser humano desenvolveu nos últimos anos e também se deve ao fato do crescimento que este setor apresenta, e também de que este seguimento vem apresentando índices de crescimento.

A empresa a ser apresentada será, Studio Aline Ricci Designer de Maquiagem e Sobrancelhas.

Razão Social:	Aline Fernanda Ricci da Silva-40998852830
Nome Fantasia:	Studio Aline Ricci
CNPJ:	30.122.207/0001-08
Endereço:	Rua: Marques do Herval, nº 110 Centro
Município:	Espírito Santo do Pinhal - Estado de São Paulo
Ramo de atividades:	Serviços de Maquiagem, Estética e Depilação com Serviços de Treinamento Profissional e Gerencial.

● BREVE HISTORICO DA CRIAÇÃO DA EMPRESA

Depois de alguns meses pensando, decidi abri meu negócio, decidi trabalhar nessa área e investir, pois, é um mercado que está crescendo muito, e pensando no bem estar de cada cliente o Studio, será situado no centro da cidade, para maior facilidade no atendimento de seus clientes, espaço amplo e bem aconchegante. Os clientes que se interessarem terão a

possibilidade de fazerem seu próprio curso de Alto Maquiagem saindo de lá com seu diploma.

Por ser um mercado que nos dias de hoje está crescendo muito, vejo a possibilidade de vários concorrentes nessa área, mais o Studio Aline Ricci, contara com uma equipe que dará seu maior suporte aos clientes, pois estará buscando sempre a frente seu padrão de educação e dedicação.

Os produtos do Studio são outro ponto principal, para a abertura desse novo negócio. Pensando sempre o bem estar dos nossos clientes, contaremos com os produtos de maior eficiência e qualidade. Serão produtos testados dermatologicamente para que não venham causar nenhum tipo de dano ou coisa parecida. Trabalharemos desde o 1 passo ao último da maquiagem para que nossos clientes possam sair do nosso Studio satisfeitos e realizados.

Sempre colocaremos em primeiro lugar em nosso Studio a união e a gratidão em abrir esse novo negócio, pois desde muito nova sempre adorei maquiagem e sempre sonhei em ter meu próprio Studio direcionado a alta maquiagem, então, buscarei sempre a persistência para que esse negócio que estou abrindo venha dar muita alegria tanto para mim, empreendedora quando aos meus clientes.

O mercado consumidor de cosméticos brasileiro apresentou nos últimos anos, um notável crescimento. Com isso, muitas empresas, tanto nacionais, como estrangeiras, têm investido enormes quantias em melhoramento e expansão de seus mercados para poderem atender os consumidores.

As empresas tanto da indústria como do comércio e de prestação de serviços, objetivam também criar valor utilizando de maneira eficiente os recursos para aperfeiçoar as diferentes áreas da organização.

O Saber “o que” e “quando” falar pode ser essencial para manter uma boa comunicação, mas, se você não souber “como” dizer, de nada adiantarão os esforços. Para que isso não ocorra, tente sempre ser o mais assertivo possível. Entretanto, quando vamos “direto ao ponto” em algum assunto, devemos tomar muito cuidado para não passarmos uma impressão negativa ou, até mesmo, rude.

No ramo da maquiagem a comunicação com o cliente é expressar suas emoções no que realmente necessita no momento. Ser transparente e honesto; viver o momento no presente, é um fator primordial para alcançar a expectativa do entendimento entre as partes e com isso poder transmitir a comunicação para outros clientes.



Basicamente a Contabilidade possui a finalidade de controlar o patrimônio administrado e fornecer informações sobre a composição e as variações patrimoniais, bem como sobre o resultado das atividades econômicas desenvolvidas pela entidade para alcançar seus fins.

Estar em sintonia com as práticas que norteiam a atuação do profissional de alto nível é muito importante para atuar com sucesso em qualquer segmento do mercado. A Contabilidade abrange todas as empresas e pode ser usada tanto por pessoas físicas (indivíduos) como pessoa jurídica (empresa) que tenham interesse na avaliação e desenvolvimento da entidade. Normalmente, quem mais a utiliza são as empresas devido à exigência das leis e à própria necessidade que elas têm de um instrumento de análise e informações para as tomadas de decisões.

As técnicas contábeis são um conjunto de métodos organizados sistematicamente com o objetivo de alcançar um determinado fim.

- **Escrituração** – Registro em livros próprios (Diário, Razão, Caixa e Contas Correntes) de todos os fatos administrativos ocorridos diariamente na empresa.
- **Demonstrações** – são relatórios apresentados no final de um determinado período em que constam informações contábeis capazes de identificar a situação patrimonial de uma determinada entidade.

- **Auditoria** - é a técnica de conferir os procedimentos realizados pela contabilidade. Faz-se um exame de contas e no final do trabalho o auditor emite um parecer ou relatório discorrendo sobre tudo que foi realizado e o que encontrou em conformidade com os registros.
- **Análise de Balanço** - é a técnica que analisa e interpreta as Demonstrações Contábeis a fim de saber qual a situação patrimonial e financeira da empresa.

Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro dos atos e fatos de uma administração econômica.

O balanço patrimonial é a principal demonstração contábil e representa uma foto da companhia ao término do exercício, com um levantamento dos seus ativos e passivos. A DRE, por sua vez, apresenta a relação de receitas e despesas da empresa, trazendo o resultado do exercício (lucro ou prejuízo).

O balanço patrimonial (BP), também conhecido como balanço financeiro ou balanço contábil, é um relatório que apresenta como está a situação financeira de um negócio.

O Balanço Patrimonial é composto por:

Ativos: todos os bens, direitos e recursos de um negócio. Em outras palavras, tudo o que possa gerar algum valor econômico, por exemplo, investimentos financeiros, títulos públicos ou privados, contas a receber, maquinários, veículos, móveis, equipamentos, estoques, etc.

Passivos: representam todas as obrigações financeiras, despesas e dívidas de uma empresa. Aqui, estão inclusos salário de funcionários, pagamentos de contas mensais, tributos, entre outros.

Patrimônio líquido: é formado pelo total de recursos investidos pelos sócios e pelas reservas de capital realizadas. Simplificando, representa a diferença entre o valor do ativo e o valor do passivo. Quando o ativo é maior do que o passivo tem-se o patrimônio líquido. Quando ocorre o contrário, em que o passivo é maior do que o ativo, o resultado é chamado de passivo a descoberto. Nestes casos, a expressão deve substituir a de patrimônio líquido no balanço social.

Dentro do Balanço Patrimonial, os ativos e passivos da contabilidade são separados por estruturas (agrupamento em blocos de conta), de modo a facilitar a leitura e análise desse relatório.]

Assim, os ativos são divididos da seguinte forma:

Ativos circulantes: são os bens e direitos que a empresa possui e que podem ser transformados em dinheiro em um período inferior a um ano. Por exemplo: contas a receber, estoque, aplicações, tributos a recuperar, etc.

Ativos não-circulantes: são bens e direitos que precisam de mais de um ano para serem transformados em valores. Imobiliários e investimentos pertencem a esse grupo. No imobiliário, constam os bens e direitos que a empresa adquire para manter suas atividades em funcionamento, como exemplo: os edifícios, terrenos e máquinas. Já os investimentos abrangem participações em outras sociedades, aplicações financeiras de caráter permanente e propriedades para investimentos, investimentos estes mantidos com o intuito de gerar rendimentos futuros para a empresa, sendo que esses bens e direitos não podem ser destinados à manutenção das atividades normais da companhia.

Já a estruturação dos passivos no Balanço Patrimonial é dividida em:

Passivo circulante: são todas as dívidas, despesas e obrigações financeiras com prazo de vencimento de até um ano. Por exemplo: salários, aluguéis, empréstimos, fornecedores e impostos federais, estaduais e municipais.

Passivo não-circulante: formado pelas dívidas, despesas e obrigações financeiras com vencimento superior a um ano, como por exemplo, parcelas de empréstimos de longo prazo.

O Balanço Patrimonial é obrigatório por lei, mas, mais do que isso, é a demonstração contábil mais importante da empresa. O Balanço Patrimonial não serve apenas para cumprir exigências legais, ele demonstra com clareza a exata realidade financeira do negócio naquele momento específico.

Além disso, é um documento em formato resumido e de fácil compreensão, mesmo se tratando de um relatório contábil. Essa característica ajuda os gestores a tomarem decisões mais acertadas, ditarem os rumos da empresa com mais segurança e projetarem melhor o cenário futuro.

Também é uma ferramenta importante na redução de custos e na administração de riscos. Por meio do balanço patrimonial, é possível planejar o parcelamento das dívidas, evitar processos judiciais e administrativos e buscar a diminuição da carga tributária.

Portanto, o balanço patrimonial fornecerá informações para identificar:

- ✓ Necessidades operacionais ou financeiras
- ✓ Desempenho histórico da empresa e seu patrimônio
- ✓ Dados e parâmetros para planejamento estratégico e tributário
- ✓ Tópicos em potencial para apresentar a investidores e stakeholders

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE Disponível Valores a Receber (C.P.) Estoques	CIRCULANTE Fornecedores Salários e encargos Empréstimos (C.P.) Financiamentos (C.P.)
NÃO CIRCULANTE Realizável a Longo Prazo Investimento Imobilizado Intangível	NÃO CIRCULANTE Empréstimos (L.P.) Financiamentos (L.P.)
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital Social Reservas de capital Lucros acumulados

Para obter resultados satisfatórios com as auditorias contábeis, é importante contar com o apoio de um contador que tenha conhecimento das normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Como as mudanças delas costumam ser frequentes, é recomendável procurar por um profissional competente e atualizado.

Os principais procedimentos de auditoria contábil são:

- ✓ Verificar se estão de acordo com a legislação vigente;
- ✓ Conferência dos cálculos;
- ✓ Verificar escrituração nos livros fiscais, quando aplicável;
- ✓ Inspeccionar guias quitadas.

Existem dois tipos de auditoria contábil, a interna e a externa, e cada uma tem um papel fundamental para a organização de uma empresa. A auditoria interna é realizada por profissionais contratados pela empresa e que estão alocados em sua área contábil. A auditoria contábil é um processo analítico da situação fiscal e financeira de uma empresa. Por meio dela, a empresa consegue atestar que os demonstrativos, balanços e todos os documentos fiscais são condizentes com a realidade da empresa, ou seja, não há nenhum número fora de conformidade ou informação indevida.

O balanço patrimonial e a DRE são documentos indispensáveis e obrigatórios para a gestão contábil e financeira de qualquer negócio. Mais do que isso: são relatórios importantes também para o planejamento da empresa. Isso porque, a partir da organização financeira, o gestor tem condições de elaborar sua estratégia, ajustando-a quando

necessário, buscando o crescimento consistente e sustentável e mantendo a lucratividade da empresa. No entanto, tanto o balanço patrimonial quanto a DRE podem parecer um tanto complexos para quem não está habituado com sua elaboração, junto com a auditoria contábil pode identificar vários processos para identificar e planejar as ações a serem tomadas pela empresa; os pontos fortes e fracos para serem ajustados para um bom planejamento e sucesso da empresa.

A legislação prevê que toda pessoa jurídica registrada no Brasil deve realizar a escrituração contábil que resultará, no fechamento de cada exercício social, na peça denominada balanço patrimonial. Apenas as empresas registradas como MEI são dispensadas de tal obrigação.

Se a empresa deixar de fazer a escrituração corretamente e não apresentar o balanço patrimonial, ela pode se deparar com uma série de transtornos, tais como:

- ✓ Falta de compliance com a legislação fiscal
- ✓ Impossibilidade de usar os dados fiscais e contábeis como argumento de defesa em casos de processos tributários
- ✓ Impossibilidade de analisar o desempenho da empresa de acordo com a competência
- ✓ Ficar impedida de distribuir lucros isentos acima da presunção
- ✓ Dificuldade para determinar a parte cabível a cada sócio em caso de dissolução da sociedade
- ✓ Sua ausência também impede a apresentação de requerimento de recuperação judicial da empresa, uma vez que, nesse caso, o documento é imprescindível.



2.1.1 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A função administrativa é a mais importante, por ser através dela que há o monitoramento das tarefas executadas e a avaliação das atividades e resultados esperados, no intuito de fazer com que a empresa tenha êxito no que foi elaborado através do planejamento.

Cada organização requer um sistema básico de controles para aplicar seus recursos financeiros, desenvolver pessoas, analisar o desempenho financeiro e avaliar a produtividade operacional”. Talvez o maior desafio seja saber utilizar tais controles, aprimorando para haver de forma gradativa o desempenho da organização como um todo.

São três tipos de controles, estratégicos, táticos e operacionais. Primeiramente, os controles estratégicos que são chamados de controles organizacionais, incluindo-se de tal forma o sistema de decisões de cúpula que controla o desempenho de resultados da organização como um todo, através das decisões externas, como também das informações internas, como, por exemplo, previsão de vendas e previsão de despesas a serem incorridas, proporcionando o balanço projetado.

Logo em seguida os controles táticos que são feitos após os controles estratégicos e estão num nível intermediário, referindo-se a cada uma das unidades operacionais, onde começa na prática o que foi planejado, por isso estão mais voltados ao médio prazo, como por exemplo, o ponto de equilíbrio, que é um ponto de intersecção entre a linha de vendas e a de custos totais.

Por último, os controles operacionais são realizados no nível operacional da organização e são projetados a curto prazo. Para tanto, a empresa tem que ter disciplina através de um processo em preparar uma pessoa de modo que ela possa desenvolver autocontrole e tornar mais eficaz em seu trabalho.

Já a ação disciplinar é a ação corretiva realizada sobre o comportamento de pessoas, no intuito de orientar e corrigir desvios ou discrepâncias, assim sendo esse tipo de ação deve ser esperado, impessoal, imediato, consistente, limitado a propósito e informativa. Por exemplo: o controle de qualidade, envolvendo processos de verificação de materiais, produtos e serviços assegurando que eles alcancem elevados padrões. Sendo o controle uma das formas de medir e corrigir o desempenho, assegurando que os objetivos e os planos que foram estabelecidos serão alcançados e que os controles táticos, estratégicos e operacionais servirão para oferecer segurança ao sistema que foi implantado, a organização também deve se preocupar com o ambiente no qual o controle vai ser inserido.

Numa organização, os componentes que fazem parte do controle interno servem de modelo gerencial criado pela mesma, constituindo-se em elementos importantes de todo o processo administrativo. Esses componentes são definidos pela empresa e que podem fazer parte do seu ambiente, como as atividades de controle e avaliação de riscos.

Para efetuar a avaliação dos controles internos, as unidades de auditoria interna deverão adotar as melhores práticas, considerando, no mínimo, os seguintes componentes: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação e atividades de monitoramento.

O processo de avaliação do controle interno consta de três etapas:

- a) O levantamento geral do sistema – seu objetivo é obter informação a respeito de como o sistema funciona, sendo alcançado perante uma discussão com as pessoas envolvidas com o controle. Como, por exemplo, entrevistar as pessoas encarregadas de cada setor;
- b) A avaliação propriamente dita do sistema – após ser analisado e documentado o sistema de controle interno, deve ser feita a avaliação que dê credibilidade ao administrador sobre o funcionamento do setor fiscal da empresa. Por exemplo, através da análise do atual sistema de controle interno da empresa;
- c) A realização dos testes de observância – a última etapa do processo de revisão e avaliação do sistema de controle interno é a realização dos testes de cumprimento. Nesse caso, os testes verbais ou escritos feitos por funcionários não têm valor, deve-se sim ser constatado como funciona o sistema, pois pode ser encontrada uma diferença entre o que se foi constatado e o que é de fato aplicado na empresa.

A avaliação do sistema de controles internos de uma empresa é um processo por si próprio. As técnicas a serem utilizadas vão depender de cada organização e do momento que for realizado, porém a disciplina deverá existir para manter a integridade do sistema. Enfim, a análise do sistema deve ser conduzida de tal forma a concluir se há segurança razoável aos objetivos propostos.

Para que a empresa contábil consiga cumprir sua missão, ela necessita de uma política definida que mantenha a conduta eficiente e ordenada das operações, de modo que seus objetivos sejam atingidos e atendam as exigências legais. Há outros fatores em jogo, como comparações e decisões sobre ação corretiva tomada e outros componentes importantes para um adequado sistema de controle interno.

O controle interno de uma organização, normalmente utilizado pelos prestadores de serviços de auditoria, ganhou grande importância para a qualificação dos serviços contábeis e sua eficácia é resultado de uma estrutura bem montada, com capacidade para avaliar e apreciar de maneira contínua, a confiabilidade dos procedimentos da organização.

O controle também deixou de ser apenas corretivo, utilizado quando já se tem o problema, para ocupar uma posição preventiva, ou seja, criando meios que ofereçam proteção aos serviços executados pelos operadores, fazendo com que a organização adquira credibilidade perante o mercado. Por isso, as empresas buscam no planejamento tático uma forma de mostrar aos seus clientes que seu serviço é executado de forma confiável.

Na empresa estudada observou que, em média ela têm bons sistemas de controle interno, apresentado como principais falhas de operações: impontualidade no envio dos documentos pelos clientes e a falta do contador acompanhando as atividades. Na realização dos trabalhos de auditoria interna, os riscos podem ser classificados em baixo, médio e alto. Os riscos baixos e médios sofrem averiguações normalmente, mas o foco principal na identificação dos riscos são os de alto risco, pois estes alteram certamente o resulta do da empresa.

Os riscos estão relacionados à possibilidade de não atingir satisfatoriamente aos objetivos esperados, para isso devem ser observados e comunicados os limites da auditoria a ser esperados, para isso devem ser observados e comunicados os limites da auditoria a ser aplicada, complexidade, volume e a responsabilidade.

O auditor como qualquer outro profissional, está passivo de cometer erros, portanto, faz se uma projeção de onde se extrairia informações com menor grau de precisão, assim o auditor pode mapear os riscos do seu trabalho e trabalhar nas fraquezas encontradas nos processos. São aspectos relevantes e necessários no perfil de um auditor interno, a responsabilidade, a ética, a objetividades, a boa capacidade de relacionamento pessoal e o desenvolvimento profissional com base no conhecimento dos processos da empresa, com boa capacidade de análise.

O uso eficiente de uma avaliação no sistema de controle interno na empresa pesquisada proporcionará, maior controle, bem como transparência. Diante desse contexto, teve o objetivo de avaliar a eficácia do sistema dos controles internos na empresa, avaliando se esses controles permitem garantir ao usuário da informação a fidedignidade devida e necessária.

A Auditoria Interna neste momento é concebida, toma forma embrionária como uma atividade necessária à organização e desenvolve-se a fim de seguir a gerência ativa, concedendo-lhe alternativas, como ferramenta de trabalho, de controle, assessoria e administração.

- Ponto forte, aquilo que você faz muito bem feito. Muitas vezes, nem te exige esforço, é teu talento, tua qualidade. Apesar de ser possível listar um milhão de qualidades, o ponto forte é aquilo que você faz muito melhor que muitos outros. Cumprir com as normas e avaliações dos controles internos, a empresa precisa ter conhecimento do mercado que atua e a auditoria deve ser um trabalho constante e permanente monitorado.
- Pontos Fracos- prefiro o termo ponto a Desenvolver, porque a fraqueza, encontra muito potencial para avançar (desenvolver) e não fraquejar, desanimar, dificultar. Pouca tecnologia, informações perdidas e dificuldade na integração dos sistemas.

Ambiente Externo

		Oportunidades	Ameaças
Ambiente Interno	Pontos Fortes	DESENVOLVIMENTO	MANUTENÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> • <i>de Mercado</i> • <i>de Produtos</i> • <i>Financeiro</i> • <i>de Capacidades</i> • <i>de Estabilidade</i> • <i>Diversificação</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Estabilidade</i> • <i>Nicho</i> • <i>Especialização</i>
	Pontos Fracos	CRESCIMENTO	SOBREVIVÊNCIA
		<ul style="list-style-type: none"> • <i>Inovação</i> • <i>Internacionalização</i> • <i>Parceria</i> • <i>Expansão</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Redução de custos</i> • <i>Desinvestimento</i> • <i>Liquidação do negócio</i>

Diferenças entre Auditoria Interna e Externa

Elementos	Auditoria Interna	Auditoria Externa
Sujeito	Funcionário da empresa	Profissional independente
Ação e objetivo	Exame dos controles operacionais	Exame das demonstrações financeiras
Finalidade	Promover melhorias nos controles operacionais	Opinar sobre as demonstrações financeiras
Relatório principal	Contém Recomendações	Relatório
Grau de independência	Menos amplo	Mais amplo
Interessados no trabalho	Empresa	Empresa e público em geral
Responsabilidade	Trabalhista	Profissional, civil e criminal
Continuidade do trabalho	Contínuo	Periódico (pontual)

2.1.2 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

As empresas precisam cada vez mais tomar medidas eficazes para cumprir as normas brasileiras de contabilidade. Isso significa atuar na gestão financeira e contábil da empresa, o que exige muito cuidado para evitar problemas com fiscalização.

A auditoria é um procedimento cujo objetivo é verificar cuidadosamente a documentação da empresa para averiguar se as informações estão corretas e se são necessárias alterações ou correções.

Os contadores já têm a prática tradicional de verificação de documentos, registros e verificação cruzada de dados. Portanto, verificar a performance das operações contábeis através de documentos e cruzar dados para investigar inconsistências é o processo básico de auditoria. Quando uma empresa tem um bom contador responsável por analisar cada detalhe de seus resultados, ela eventualmente dará mais um passo para o sucesso.

O procedimento de auditoria, participa do processo que visa buscar a eficiência operacional, além de demonstrar a conformidade com os registros e processos contábeis, e garantir a credibilidade dos valores implementados pela empresa. Além da credibilidade, também podem ser verificados os defeitos e a efetividade de todos os processos executados na organização. Embora essa abordagem não seja adotada na maioria das empresas, é extremamente importante adotá-la.

✓ Auditoria financeira e contábil

Esta forma de auditoria é responsável pela análise de documentos contábeis e verificação se as demonstrações financeiras (balanço patrimonial, fluxo de caixa e resultados anuais) estão em equilíbrio com o patrimônio da empresa auditada, assim como sua situação econômica e financeira.

De maneira geral, as auditorias contábeis são responsáveis por identificar erros de gestão, ajustar os processos contábeis de acordo com os padrões internacionais e auxiliar no cumprimento da legislação tributária.

Por outro lado, a auditoria financeira verifica a aplicação de recursos e o domínio do caixa da organização. Em geral, está comprometido com o cumprimento da legislação tributária relacionada ao momento financeiro da empresa, dificultando o desvio de contas a receber e supervisionando o controle interno do setor financeiro.

Conseqüentemente, a principal diferença entre os dois é que a contábil enfatiza as demonstrações financeiras e a situação financeira da empresa, ao passo que a financeira se concentra no fluxo de caixa.

✓ Auditoria interna

A auditoria interna é realizada pela equipe de profissionais da empresa auditada. Os profissionais não precisam ser especialistas em contabilidade. No processo de auditoria interna, o objetivo principal é comprovar o nível de segurança do controle do programa interno da empresa e verificar a existência desses processos.

✓ Auditoria Externa

As auditorias externas são realizadas por um grupo de auditores que independem da empresa, ou seja, não dispõe de nenhum tipo de associação com a organização auditada. O principal objetivo é coletar e analisar registros, documentos e demonstrações de contabilidade para a elaboração de pareceres sobre os documentos de análise. Nesse caso, é necessária a contratação de empresa profissional e de boa reputação no mercado empresarial para assegurar a qualidade dos serviços contratados.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIOS DE AUDITORIA		
Natureza do assunto que gerou a modificação	Julgamento do auditor sobre a disseminação de forma generalizada dos efeitos ou possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis	
	Relevante mas não generalizado	Relevante e generalizado
As demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes	Opinião com ressalva	Opinião adversa
Impossibilidade de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente	Opinião com ressalva	Abstenção de opinião



O parecer consiste em uma opinião fundamentada que pode ser emitida tanto em nome pessoal quanto associado a algum órgão administrativo, com o objetivo expor uma análise a fim de fornecer o subsídio necessário para uma tomada de decisão.

Atualmente, o parecer é muito utilizado por instituições e profissionais que buscam uma segunda opinião a fim de orientar e ajudar na tomada de determinada decisão. Assim, por se tratar de um texto ligado ao campo técnico e científico, o parecer possui algumas características que prezam pela impessoalidade e objetividade da informação fundamental.

A auditoria independente é um processo que visa criar um parecer sobre o seu negócio indicando que ele de fato segue todas as normas contábeis, financeiras, age de acordo com as leis e possui veracidade nos dados de informação.

Por meio da auditoria independente as empresas conseguem assegurar diversas vantagens para o seu negócio, incluindo rating de crédito junto a instituições financeiras, confiabilidade dos fornecedores, autorização para participar de licitações públicas, dentre outros.

Para saber exatamente qual o tipo de auditoria deve ser feita no seu negócio, o ideal é buscar ajuda com profissionais que possam fazer uma análise consistente. Além de evitar trabalhos e gastos desnecessários, você assegura a melhor escolha para a evolução da sua empresa.

Auditoria contábil é uma técnica que se utiliza da revisão da pesquisa para fins de opinião e orientação sobre orientações patrimoniais sobre uma entidade, verificando, a veracidade dos relatórios apresentados, bem como certifica-se de que foram feitos baseados nas regras e conceitos contábeis.

Entretanto, a auditoria possui um papel de extrema relevância, por ser uma atividade de assessoramento e consultoria, possui uma finalidade preventiva, contribuindo para a melhoria da eficácia dos processos de gestão e controles, auxiliando os gestores nas tomadas de decisões, sendo primordial para que as organizações alcancem seus objetivos.

Por meio de pesquisa da internet, consultei a empresa **AS-PTA ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA do Rio de Janeiro/RJ.** (Conforme Balanço 2010, Demonstrações Contábeis em anexos), e conclui que, a auditoria estuda o exame dos documentos, livros e registros contábeis, inspeção e obtenção de informações, internas e externas, ligadas ao controle do patrimônio, focando constatar a perfeição desses registros e suas demonstrações contábeis. Diante do que foi mencionado, pode-se observar que a auditoria não é voltada apenas para as grandes organizações, mas também está sendo amplamente difundida nas pequenas e médias empresas.

Embora ambas as auditorias tenham o mesmo objetivo, onde suas atuações servem de suporte e auxílio para a gestão empresarial, assessoram a administração na tomada de decisões e previnem a ocorrência de certos problemas cruciais que acarretam na falência. São importantes recursos a serem utilizados pelos os empreendedores e possuem finalidades semelhantes.

Atualmente, no Brasil, as organizações que faturam um valor maior que 300 milhões de reais ou ativos totais acima dos 240 milhões de reais devem ser auditadas de forma independente. No entanto, cada vez mais empresas que não têm essa obrigação estão investindo em auditorias.

De acordo com o que foi evidenciado, o trabalho de auditoria interna ou independente, surge como um recurso que tem muito a contribuir no processo de gestão das empresas. A auditoria é uma atividade profissional executada nas empresas, onde englobam a apuração de informações, verificando a produção, os rendimentos, os custos operacionais, analisando o desenvolvimento estrutural e patrimonial da empresa, abrangendo a situação econômico-financeira para a expansão dos empreendimentos.

É o conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrado, os quais compreendem registros contábeis, papeis, documentos, fichas, arquivos e anotações que comprovem a veracidade dos registros e a legitimidade dos atos da administração, bem como sua sinceridade na defesa dos interesses patrimoniais. A auditoria pode ter por objetivo inclusive, fatos não registrados documentalmente, mas relatados por aqueles que exercem atividades relacionadas com o patrimônio administrado, cuja informação mereça confiança, desde que tais informações possam ser admitidas com seguras pela evidência ou por indícios convincentes.

2.2 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL

Vemos no mundo corporativo, nas relações de trabalho e familiares muitas situações problemáticas que são discutidas na esfera administrativa ou até mesmo na esfera judicial. Nas duas situações, temos uma grande aliada na apuração dos fatos e na resolução dos problemas, a qual é chamada de Perícia Contábil. Ela representa um conjunto de procedimentos e análises feitos sobre o objeto da discussão, por meio de um profissional qualificado, o Perito Contábil.

Assim, a Perícia Contábil traz análises detalhadas aos elementos examinados, a fim de subsidiar as decisões de forma justa diante da situação, por meio da emissão de um parecer pautado em conhecimentos legais e técnicos.



✓ Tipos de Perícia Contábil

Dentro da Perícia Contábil, temos duas grandes divisões, a judicial e a extrajudicial. Também temos algumas situações em que a Perícia Arbitral é aplicada, assim, analisaremos essas três divisões:

Judicial: é utilizada quando existe a necessidade de reunir provas para um juiz determinar a sentença de processos. Por causa dessa necessidade, o juiz solicita que o Perito Contábil examine os documentos, faça questionamentos para a parte adversa, constate a aderência à legislação, dentre outras investigações. Dessa forma, em posse de todas informações pertinentes ao caso, o perito contratado emite um parecer que será anexado ao processo e servirá de suporte técnico para a elaboração do julgamento e da sentença do caso.

Extrajudicial: nesse tipo de perícia contábil, o perito é contratado por uma das partes interessadas para investigar questões que não seguiram para a esfera judicial. Podemos citar como exemplos os cálculos de indenizações trabalhistas, abuso em cobrança de juros, divórcios etc. Assim, nesse caso, não há nenhum vínculo com a esfera judicial.

Arbitral: é a perícia contábil realizada de forma parcialmente judicial e extrajudicial, em que as partes envolvidas se encontram em esfera decisória. Nesse tipo de perícia, identificamos maior autonomia entre as partes, pois é realizada pelo Juiz Arbitral, que é

uma instância decisória criada pelas partes.

✓ **Perito Contábil**

Primeiramente, o Perito Contábil deve ser, obrigatoriamente, um contador com registro ativo no CRC (Conselho Regional de Contabilidade).

Quanto às qualificações necessárias, o profissional deve ter um profundo conhecimento da legislação, bem como a capacidade de empregar seus conhecimentos nas análises e exames, a fim de elaborar um parecer contábil técnico bem apurado e concreto.

No exercício das atividades, é preciso comprovar a aptidão para periciar os processos delegados pelo juiz ou pela parte contratante. Além disso, para exercer sua função, é preciso que o contador tenha expertise e conhecimento profissional da área específica.

✓ **Habilitação Pericial**

Conforme exposto, todo perito contador precisa estar regular junto ao CRC – Conselho Regional de Contabilidade, porém, além disso, temos o CNPC – Cadastro Nacional de Peritos Contábeis, em que consta uma lista com o registro de todos os peritos contadores habilitados.

Para obter essa certificação, é preciso ser aprovado no Exame de Qualificação Técnica – EQT, como também é preciso se manter atualizado com as novas legislações, cumprindo, assim, a exigência do CRC de realizar o Programa de Educação Continuada, que exige dos profissionais um desenvolvimento profissional contínuo. A inscrição no cadastro de peritos é voluntária, porém, ao angariar nomeações dos juízes, é preciso se regularizar através da aprovação do exame EQT.

● **Responsabilidade Pericial Contábil**

Vimos que a atividade pericial é concluída com a emissão de um parecer ou laudo técnico. Logo, o perito contador deve seguir seu trabalho observando algumas premissas importantes, tais como:

- Respeitar os prazos legais estabelecidos pelo juiz ou pelas partes;
- Prestar esclarecimentos necessários, sempre observando os limites da perícia;
- Assegurar que as informações fornecidas e diligências apuradas correspondem à realidade dos fatos;
- Emitir laudo pericial de forma totalmente imparcial.

● **Normas aplicadas à Perícia Contábil e Competência Legal**

A atividade de Perícia Contábil somente será exercida pelo contador habilitado, e está regulamentada pela NBCPP02, que busca mensurar a capacidade técnica para o exercício da profissão.

Temos também a resolução CFC 1041/05, que traz detalhamentos sobre a emissão do laudo pericial.

Por último, destaca-se a NBCPP01, que elenca todos os detalhes dos procedimentos inerentes à atuação do perito contador.

● **Laudo Pericial – Parecer Pericial**

Esse é o documento emitido pelo perito contador após todas as diligências

realizadas. Ressalta-se que ele só poderá ser emitido por contadores registrados e devidamente regulares no CRC.

Nesse documento serão registradas as aberturas das análises periciais, com todos os detalhes das informações que foram examinadas pelo perito contador. Nesse sentido, as informações constantes no laudo devem ser claras e objetivas, sempre evidenciando a verdade dos fatos.

Ao final do laudo ou parecer pericial contábil, deve conter a conclusão dos resultados apurados. A estruturação do laudo deve ter minimamente as seguintes informações:

- Identificação do processo;
- Metodologia de análises e exames;
- Transcrição e respostas dos questionamentos realizados para as partes, que são tecnicamente chamados de quesitos;
- Conclusão;
- Anexos ou memórias de cálculos;
- Assinatura do Perito Contador.

✓ **Procedimentos Periciais**

Os procedimentos periciais são os meios pelos quais o perito contador seguirá para compor sua opinião e emitir o laudo pericial. A observação desses procedimentos é fundamental para uma perícia contábil completa. A seguir, estudaremos cada um deles:

Exame: é a análise dos livros fiscais, contábeis e financeiros, bem como demais registros das transações e documentos;

Vistoria: diligência que busca verificar e constatar a situação, coisa ou fato de forma circunstancial;

Indagação: busca de informações por meio de entrevistas com as pessoas envolvidas no caso ou conhecedores do objeto em discussão;

Investigação: pesquisa que traz para o laudo pericial contábil o que está oculto por omissões das partes;

Arbitramento: determinação dos valores apurados ou a solução do problema através de métodos técnico-científicos;

Mensuração: qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações envolvidas na discussão;

Avaliação: estabelece os valores de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.

Certificação: atesta a informação trazida ao laudo pericial contábil pelo perito contador, com as atribuições de caráter, autenticidade e confiança atribuídas a esse profissional.

✓ **Exemplos de aplicação de Perícia Contábil**

A perícia contábil pode ser aplicada a vários tipos de situações, não necessariamente na esfera dos tribunais, mas em quaisquer situações que exigem provas e

análises. Isso porque sua aplicação traz para as partes interessadas informações e dados comprovados por meio do laudo pericial, que justificam ou desqualificam argumentos.

Abaixo, apontaremos algumas situações em que se pode aplicar a Perícia Contábil:

- Apuração de haveres e avaliações de direitos e obrigações;
- Avaliação dos fundos de comércio;
- Levantamentos de balanços especiais para fins de determinação do patrimônio líquido;
- Avaliação de acervos patrimoniais;
- Cálculos de juros bancários abusivos;
- Causas trabalhistas;
- Dissolução de sociedades;
- Reorganização societária;
- Fusões, cisões e aquisições de empresas.

Para concluir, é preciso reforçar sobre a importância da Perícia Contábil na resolução de problemáticas cotidianas, bem como a necessidade de se manter atualizado e apto com os conhecimentos técnicos em dia para exercer essa atividade de forma concreta e assertiva.

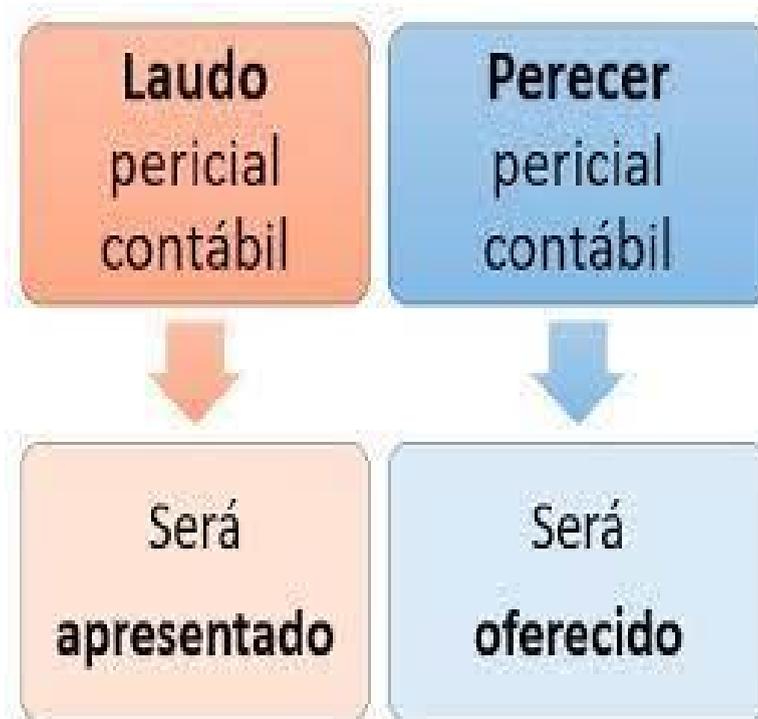


A perícia deve ser realizada quando houver necessidade de levantamento ou apuração de algum dado ou informação, que dependa de um especialista apto a opinar documentalmente sobre determinada questão, no âmbito judicial ou extrajudicial, através da resposta a quesitos determinados. Como ponto de partida é importante ressaltarmos de imediato a diferença entre perícia e auditoria.

O árbitro-contador, profissional registrado no conselho, atua nas câmaras de **arbitragem** julgando os litígios a ele pertinentes, e o perito **contábil**, profissional

registrado no conselho atua auxiliando aos magistrados nos assuntos mais específicos.

A prova pericial, dentro de todo esse contexto, passa a ser necessária (e nós já vimos isso) quando o juiz se deparar com um fato controverso cujo deslinde dependa de conhecimento, técnico ou científico.



2.2.1 PERITO CONTÁBIL E A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL

Íntegra da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) PP 01 (R1) - Perito contábil, estabelece diretrizes inerentes à atuação do contador na condição de perito. Postado em: 16/01/2023 - Área: Normas Brasileira de Contabilidade (NBC).

Esta norma tem como objetivo estabelecer procedimentos inerentes à atuação do contador na condição de perito.

Segundo a NBC TP 01, a perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais e a legislação específica no que for pertinente.

a) Qual a diferença entre Perito Contábil e Assistente Técnico?

O perito é um auxiliar da justiça, enquanto o assistente técnico é de confiança da parte envolvida no processo, sendo indicado e pago diretamente por ela.

São atores da perícia judicial, o perito e o assistente técnico. O perito é um auxiliar da justiça, enquanto o assistente técnico é de confiança da parte envolvida no processo, sendo indicado e pago diretamente por ela. A parte não é obrigada a ter assistente técnico na perícia. O perito escreve o laudo e o assistente técnico, o parecer. Assim como o laudo é uma prova, o parecer é outra, igualmente. A função de perito é a em que mais facilmente atingimos o sucesso, devido à ampla oferta desse encargo. Vulgarmente o assistente técnico é chamado de perito-assistente.

O perito deve preencher dois espaços para ser bem-sucedido. O primeiro é referente ao conhecimento de tudo o que faz parte da perícia judicial, devendo estar bastante instruído quanto à burocracia, à prática forense, ao trato com os assistentes das partes, aos procedimentos nos exames ou nas vistorias, à apresentação de laudo e aos modos de peticionar. O segundo espaço a ser preenchido é o do conhecimento técnico pessoal, específico da área profissional do indivíduo, adquirido a partir da faculdade.

O perito judicial é um profissional auxiliar da justiça que realiza laudos técnicos. Essa documentação deve ser elaborada com uma linguagem compreensível, a fim de deixar claro o entendimento tanto do juiz quanto das partes envolvidas no processo.

Os assistentes técnicos são profissionais contratados pelas partes do processo para auxiliar e acompanhar os trabalhos periciais, emitindo também seu parecer técnico. O laudo do assistente pode contestar ou contradizer o laudo técnico apresentado pelo perito judicial.

Por isso, sua presença durante o processo é importante como suporte e defesa às partes envolvidas. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, os papéis do perito e do assistente, no decorrer de um processo judicial, é de suma importância. Principalmente no que se refere a construção de uma prova judicial, que venha esclarecer os fatos de maneira justa, respeitando os limites da legalidade.

b) Quando o Perito é acusado profissionalmente, por suspeição e impedimento.

Como o perito judicial será o responsável por desenvolver o laudo técnico, que serve como prova na construção do processo, é necessário que ele seja um profissional qualificado. Portanto, é fundamental que ele tenha total domínio de sua área de atuação conforme a sua formação.

Sendo assim, o perito judicial deve possuir conhecimentos técnicos para formar seu parecer de maneira contundente e ética. Ele deve respeitar também os limites de sua nomeação durante o processo.

Além disso, lembramos que não é necessário que um perito ou assistente técnico precisem prestar concursos. O ponto mais importante é que esse profissional possua formação na área de atuação para analisar cada caso de maneira qualificada. Caso seus conhecimentos técnicos ou científicos não forem de acordo para a construção do laudo,

eles podem ser substituídos pelo juiz.

Por isso, é fundamental que tanto um perito judicial quanto o assistente técnico tenham um conhecimento em sua área de atuação. Esses profissionais devem defender ou esclarecer fatos para a construção de uma prova pericial concreta e clara.

O perito deve declarar-se suspeito quando, após nomeado ou contratado, verificar a ocorrência de situações que venham suscitar suspeição em função da sua imparcialidade ou independência e, dessa maneira, comprometer o resultado do seu trabalho em relação à decisão.

Impedimentos profissionais são situações fáticas ou circunstanciais que impossibilitam o perito de exercer, regularmente, suas funções ou realizar atividade pericial em processo judicial ou extrajudicial, inclusive arbitral.

Caso o perito não possa exercer suas atividades com isenção, é fator determinante que ele se declare impedido, após nomeado ou indicado, quando ocorrerem as situações previstas nesta Norma.

Quando nomeado, o perito deve dirigir petição, no prazo legal, justificando a escusa ou motivo do impedimento. Quando indicado nos autos pela parte e não aceitando o encargo, o assistente técnico deve comunicar a ela sua recusa, devidamente justificada por escrito, facultado o envio de cópia à autoridade competente.

O assistente técnico deve declarar-se impedido quando, após contratado, verificar a ocorrência de situações que venham suscitar impedimento em função da sua imparcialidade ou independência e, dessa maneira, comprometer o resultado do seu trabalho.

O perito-contador nomeado ou escolhido deve declarar-se suspeito quando, após, nomeado, contratado ou escolhido verificar a ocorrência de situações que venha suscitar suspeição em função da sua imparcialidade ou independência e, desta maneira, comprometer o resultado do seu trabalho em relação à decisão.

c) A realização da Perícia Contábil é feita através dos procedimentos periciais dos quais são base para suportar o Laudo Pericial. Comente quais são estes procedimentos?

A perícia contábil é realizada através de oito etapas: o exame, a vistoria, a indagação, a investigação, o arbitramento, a mensuração, a avaliação e a certificação.

A perícia contábil é dividida em três tipos: Judicial, solicitada pelo o Poder Judicial; Extrajudicial, solicitadas pelas pessoas jurídica e física para uma análise não judicial da empresa e Arbitral, busca solucionar os desacordos entre as partes, fora do âmbito da justiça para agilizar acordos entre elas.

PROCEDIMENTOS:

Os procedimentos de perícia contábil visam fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.

O exame é a análise de livros, registros das transações e documentos. 21. A vistoria é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.

A indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou fato relacionado à perícia.

A investigação é a pesquisa que busca trazer ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil o que está oculto por quaisquer circunstâncias.

O arbitramento é a determinação de valores ou a solução de controvérsia por critério técnico.

A mensuração é o ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações.

A avaliação é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.

A certificação é o ato de atestar a informação trazida ao laudo pericial contábil pelo perito-contador, conferindo-lhe caráter de autenticidade pela fé pública atribuída a este profissional.

Concluídas as diligências, o perito-contador apresentará laudo pericial contábil, e os peritos-contadores assistentes seus pareceres periciais contábeis, obedecendo aos respectivos prazos.

Ocorrendo diligências em conjunto com o perito-contador assistente, o perito-contador o informará por escrito quando do término do laudo pericial contábil, comunicando-lhe a data da entrega do documento.

O perito-contador assistente não pode firmar o laudo ou emitir parecer sobre este, quando o documento tiver sido elaborado por leigo ou profissional de outra área, devendo, neste caso, apresentar um parecer pericial contábil sobre a matéria investigada.



A conclusão do planejamento da perícia ocorre quando o perito-contador completar as análises preliminares, dando origem, quando for o caso, à proposta de honorários (nos casos em que o juízo ou o árbitro não tenha fixado, previamente, honorários definitivos), aos termos de diligências e aos programas de trabalho.

2.2.2 ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL

O Laudo pericial e o parecer técnico são divididos em sete partes a saber: **Preâmbulo, histórico, objeto, objetivo, metodologia, exames e conclusão.**

ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL

- **ABERTURA:** “CAPA DE ROSTO” COM A IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E DAS PARTES ENVOLVIDAS, O NOME DO PERITO-CONTADOR NOMEADO E DOS PERITOS-ASSISTENTES INDICADOS.
- **CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:** DESCRIÇÃO SUCINTA DAS ALEGAÇÕES DAS PARTES, AS DILIGÊNCIAS, OS EXAMES EFETUADOS E OS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS ADOTADOS.
- **QUESITOS:** TRANSCRIÇÃO DAS PERGUNTAS FORMULADAS, SEGUIDO DAS RESPOSTAS DO PERITO ÀS QUESTÕES TÉCNICAS.
- **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** CONCLUSÕES TÉCNICAS COM EXPOSIÇÃO DOS FATOS OBSERVADOS NA BUSCA DA VERDADE.
- **ENCERRAMENTO e ANEXOS:** RELATO DAS FOLHAS, DATA E ASSINATURA DO PERITO, PLANILHAS E OUTROS DOCUMENTOS.

O Laudo Pericial Contábil, deve conter , npo mínimo, os seguintes itens:

- Identificação do processo e das partes;
- Síntese do objeto da perícia;
- Metodologia adotada para os trabalhos periciais;
- Identificação das diligências realizadas;
- Transcrição e resposta aos quesitos.

O laudo pericial é sempre feito por um perito, e esse documento é feito meticulosamente, assim como de forma imparcial e honesta. Desta forma, o perito nunca deverá usar do senso comum enquanto estiver analisando e elaborando o laudo, assim como nunca deverá favorecer uma das partes que estão envolvidas no processo.

Objetividade, caracteriza-se pela ação do perito em não se desviar da matéria que motivou a questão. Precisão - consiste em oferecer respostas pertinentes e adequadas às questões formuladas ou finalidades propostas.

O Laudo Pericial Contábil deve contemplar o resultado final de todo e qualquer trabalho alcançado por meio de elementos de prova inclusos nos autos ou adquiridos em diligências que o perito-contador tenha efetuado, por intermédio de peças contábeis e quaisquer outros documentos, tipos e formas.

Os resultados obtidos demonstram que as etapas para elaboração do laudo pericial contábil são: estrutura, prólogo de encaminhamento, abertura, considerações preliminares, quesitos, respostas, conclusão, assinatura do perito, anexos, pareceres e apresentação.

ESTRUTURA: O Laudo Pericial Contábil deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

Assinatura do Perito-Contador - que nele fará constar sua categoria profissional de Contador e o seu número de registro em Conselho Regional de Contabilidade, comprovando mediante certidão de regularidade.

É permitida a utilização da certificação digital, em consonância com a legislação vigente e as normas estabelecidas pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil.

O Direito reconhece como meios de prova a oral e a material: confissão, depoimento das partes, documentos, presunções e indícios, testemunhas e exames periciais (laudos).

A prova pericial consiste em exame, vistoria e avaliação, que, de modo geral, só são promovidos por profissional habilitado no assunto em que a perícia está envolvida.

2.2.3 MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL

Arbitragem e Mediação tem sido um modo privado de solução alternativa de conflitos societárias. Sua função é de forma imparcial e profissional, ajudar a busca de soluções eficientes, eficazes e que evitem processos judiciais.

Mediação – o mediador facilita o diálogo entre as partes, mas são elas que apresentam as soluções. **Conciliação** – participação mais efetiva do conciliador que pode sugerir soluções. **Arbitragem** – as partes indicam árbitros que irão dar a solução para o caso ao invés de levá-lo ao Judiciário.

A conciliação e mediação pressupõem a intervenção de um terceiro neutro, o facilitador. O conciliador se restringe a demonstrar as vantagens do acordo e o método possui relação de simbiose com o Judiciário (praticada por magistrado e conciliador).

O conciliador deve, portanto, incentivar o acordo fazendo propostas viáveis e esclarecer os riscos de a demanda ser judicializada. A conciliação geralmente se resume a uma única sessão sendo, portanto, mais célere e ágil que a mediação.

Já a mediação é indicada para situações em que as partes possuem um conflito que se arrasta no tempo e, geralmente, quando há interesse na continuidade das relações (sejam estas comerciais ou pessoais).

O papel do mediador é mais atuante do que o do conciliador no que tange a facilitação da resolução do conflito. O mediador se dedica a compreender a origem da controvérsia e identificar as necessidades individuais e comuns entre as partes.

O mediador possui como papel primordial restabelecer a comunicação e proporcionar um ambiente para composição das decisões, seja este ambiente físico ou virtual. É, antes de tudo, um administrador do conflito.

A principal semelhança entre a mediação e a conciliação trata dos princípios que os regem: confidencialidade, decisão informada, competência, imparcialidade e autonomia. E a principal distinção é o acordo como fruto da restauração do diálogo e da reformulação da relação na mediação, e o acordo como objeto principal na conciliação.

Existem vários estilos de mediação: Facilitadora, mais tradicional, onde o mediador raramente interfere; Avaliativa, quando há opinião do mediador; Narrativa, baseada na estrutura e descrição do conflito; e Transformativa, havendo o empoderamento das partes, para que uma compreenda a outra. Para se escolher o estilo mais adequado deve-se antes analisar as variáveis entre o conflito, as partes, o ambiente e o próprio mediador.

Nos dias de hoje, muito se fala em solução de litígio e de acordo com o Conselho Nacional da Justiça a principal diferença está no grau de poder decisório do terceiro interessado.

A **mediação** pode ser entendida como uma técnica de resolução de conflitos em que a tratativa é realizada por um terceiro imparcial que busca a aproximação das partes, propondo alternativas para resolução dos conflitos, mas sem conduzir as partes. Esta técnica é um meio termo entre a negociação, na qual as partes tentam solucionar os conflitos entre elas, e a arbitragem, em que a decisão final cabe ao terceiro.

Na **conciliação**, o terceiro facilitador da conversa interfere de forma mais direta no litígio e pode chegar a sugerir opções de solução para o conflito, de modo que se possa atingir uma solução justa para ambas partes.

A **Arbitragem**, que é regulamentada pela Lei Federal nº. 9.307/1996, que define quem poderá adotar a arbitragem, qual será o procedimento, quais matérias estão sujeitas ao procedimento arbitral, como se dará a instituição pelo então Árbitro.

De modo geral, a arbitragem também é um método alternativo de resolução de conflitos, em que as partes definem uma entidade privada para solucionar a controvérsia, sem necessariamente passar pelo poder judiciário. A arbitragem pode ser instituída de duas maneiras: pela cláusula compromissória ou pelo compromisso arbitral.

A Lei que regula o procedimento da arbitragem em nosso país é a Lei Federal nº 9.306/1996, que determina que qualquer pessoa capaz de contratar, poderá valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

Por direito patrimonial disponível, entende-se tudo aquilo que a pessoa (física ou jurídica) tenha como seu e possa negociar, ceder, doar, empenhar etc. Evidentemente, bens que componham o patrimônio público não podem se sujeitar à arbitragem.

As vantagens da arbitragem no campo do direito civil e comercial ou empresarial são inúmeras, como por exemplo:

- Auxilia o Poder Judiciário na diminuição de processos, promovendo a justiça.
- Proporciona uma justiça rápida e segura.
- Trata-se de uma justiça estritamente confidencial.
- Expressa a confiança de julgamento técnico mais preciso de que o do Judiciário.
- É uma justiça mais barata, dependendo do tipo de conflito.

Vejamos agora as principais desvantagens:

- A informalidade dos procedimentos pode acabar ocasionando a produção de falsas provas, e conseqüentemente, acabará por provocar dificuldades no acompanhamento do processo, principalmente se o árbitro não for um advogado.
- O processo todo da arbitragem pode ficar seriamente comprometido se o árbitro não possuir conhecimentos técnicos adequados para decidir a controvérsia dentro das regras legais.
- A Lei n. 9.307/96 permite apenas que sejam submetidos à arbitragem os direitos patrimoniais disponíveis das partes, e caso assim não fosse, haveria incompatibilidade

da Lei de arbitragem com o ordenamento jurídico brasileiro, pois causaria clara afronta a diversos princípios constitucionais, a exemplo do que acontece com algumas Leis de arbitragem americanas que não permitem que o instituto aprecie certas matérias que envolvam o interesse público.

2.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARAR A VIDA: GERENCIANDO CONFLITOS

Na Perícia Contábil o contador pode atuar dividindo-se entre as áreas da esfera judicial, extrajudicial e arbitral para auxiliar nas decisões dos juízes. A Perícia é uma área dinâmica. Nela, o profissional perito deve ser nomeado pelo magistrado para atuar na área judicial ou ser contratado pela parte interessada, caso a atuação seja na esfera extrajudicial. Em ambos o profissional lida com os litígios, ficando responsável em fornecer informações técnicas e científicas relevantes que servirão como prova e auxiliarão na decisão de um determinado o processo.

O objetivo desta pesquisa é demonstrar a importância da profissão para a sociedade e, principalmente, o que o profissional que deseja ingressar nesta profissão deve esperar e qual caminho deve percorrer para se tornar um perito-contador. A pesquisa será bibliográfica de caráter exploratória, através de coletas de dados por meio de pesquisa bibliográfica.

A escolha por esse tema, se dá pelo interesse sobre os primeiros passos que um profissional precisa percorrer e os desafios para se tornar um perito-contador, já que muito se fala sobre a atuação do perito em si, porém existem poucas informações para os profissionais que almejam iniciar nesta carreira.

Para se tornar esse profissional, é necessário fazer uma extensão universitária no curso de Ciências Contábeis. A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TP01 e NBC PP01 (2020), determina que para se tornar um perito-contador o profissional deverá ter as seguintes certificações:

- Ser graduado em ciências contábeis;
- Estar devidamente cadastrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);
- Cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC).
- Adicionalmente, a Norma Brasileira de Contabilidade NBC PP 01 (2020) determina ainda, dentre outras atribuições, que o profissional atenda aos seguintes quesitos:
 - Dispor da capacidade técnica, profissional e científica acerca do assunto do objeto destinado;

- Ser independente no exercício da função, possuir idoneidade moral e ética;
- Pré-julgar sua aptidão em exercer a função requisitada e recusá-la em caso de falta de conhecimento apropriado;
- Manter-se atualizado perante as normas brasileiras de contabilidade e legislação inerente à matéria julgada e realizar as qualificações constantes.
- O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da Resolução CFC nº 1.502 de 19 de fevereiro de 2016, criou o Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC). O CNPC entrou em vigor em 01 de janeiro de 2017 e permite ao sistema CFC/CRC identificar os profissionais e promover uma maior objetividade dentro do Poder Judiciário. Ele reconhece os profissionais de forma geográfica e de acordo com a especialidade de cada um. Dessa forma, garante sua atuação adequada nas causas. Para ingressar ao CNPC, o contador precisa realizar o Exame de Qualificação Técnica Profissional (EQT), do CFC.

Também é necessário, para a própria possibilidade de atuação, que esses profissionais estejam devidamente cadastrados nos tribunais a que se vinculam os juízes. A grande maioria dos tribunais exigem como pré-requisito, além do diploma universitário, diploma de curso de extensão em prática pericial contábil (de pelo menos 24 horas de carga horária), além de pelo menos um laudo protocolizado.

Os principais campos de atuação desenvolvidos pelos peritos contábeis, estão demonstrados abaixo:

- Contabilidade geral: o perito deverá avaliar e revisar os registros contábeis, através dos documentos suportes, das razões, dos livros fiscais, dos balancetes e das demonstrações financeiras ainda que não estejam em conformidade com as normas, princípios e legislações contábeis, como por exemplo a ausência do cálculo de provisões, a ausência ou o reconhecimento incorreto dos passivos contingentes, a superavaliação de ativos, etc. A perícia se aplica ainda às organizações que estejam dispensadas das escriturações contábeis.
- Finanças: está relacionada à revisão de contratos de qualquer natureza, entre pessoas físicas e jurídicas, seja de financiamento, seguro, leasing, previdência privada, dentre outros. A perícia poderá atuar na revisão do cálculo dos juros, encargos, comissões, variações monetárias, etc.
- Administração empresarial ou gerencial: revisão de processos internos da administração em relação às atividades comerciais de compras, através da revisão dos contratos com fornecedores e prestadores de serviços e nas operações de vendas. A perícia poderá atuar ainda na revisão dos controles internos, nos sistemas administrativos de informação da organização, na verificação de reports gerenciais e também nas atividades relacionadas ao departamento de pessoal, onde haverá a revisão das folhas de pagamento, dos encargos trabalhistas, cálculo de horas extras, rescisões, etc.

As melhores áreas contábeis:

- Consultoria.

- Contabilidade empresarial.
- Perícia contábil.
- Controller.
- Contabilidade Gerencial.
- Diretor Financeiro.
- Coordenador contábil.

Estão aptos a exercer a função de perito os contadores registrados no CRC (Conselho Regional de Contabilidade), capazes de eliminar dúvidas e gerar subsídios para fornecer pareceres idôneos sobre questões patrimoniais.



2.3.1 GERENCIANDO CONFLITOS

Conflito é o processo que começa quando uma parte percebe que a outra parte frustrou ou vai frustrar seus interesses. O conflito pode ocorrer entre pessoas, entre grupos, entre uma pessoa e um grupo, entre uma organização e um grupo e assim por diante.

A frustração de interesses de uma das partes envolvidas ou de ambas é que desencadeia um conflito. O fenômeno do conflito pode ter um efeito construtivo ou destrutivo, dependendo da maneira como é administrado.

As organizações constituem-se em verdadeiras arenas para conflitos individuais ou grupais, nos quais os participantes lutam por recursos limitados, possibilidades de reconhecimento e progresso na carreira, privilégios e outras formas de recompensas que

possam ser proporcionadas pela instituição. O conflito pode então surgir da experiência de frustração de uma ou de ambas as partes, diante da impossibilidade de atingir uma ou mais metas. A parte frustrada interpreta a situação, projetando suas conseqüências, passando a comportar-se à luz da situação imaginada.

● **Tópico 1: O que é um conflito?**

Qualquer processo que tem início quando uma das partes percebe que a outra parte afeta (ou pode afetar), negativamente, alguma coisa que a primeira considera importante. Atualmente, os ambientes estão cada dia mais competitivos e com maior pressão, acarretando em mais conflitos.

Uma das melhores formas de evitá-los nos projetos é mapear rapidamente as partes interessadas e seus principais interesses no projeto, principalmente, as pessoas mais resistentes ao projeto e mais melindrosas, e criar estratégias para reduzir essas resistências e possíveis conflitos.

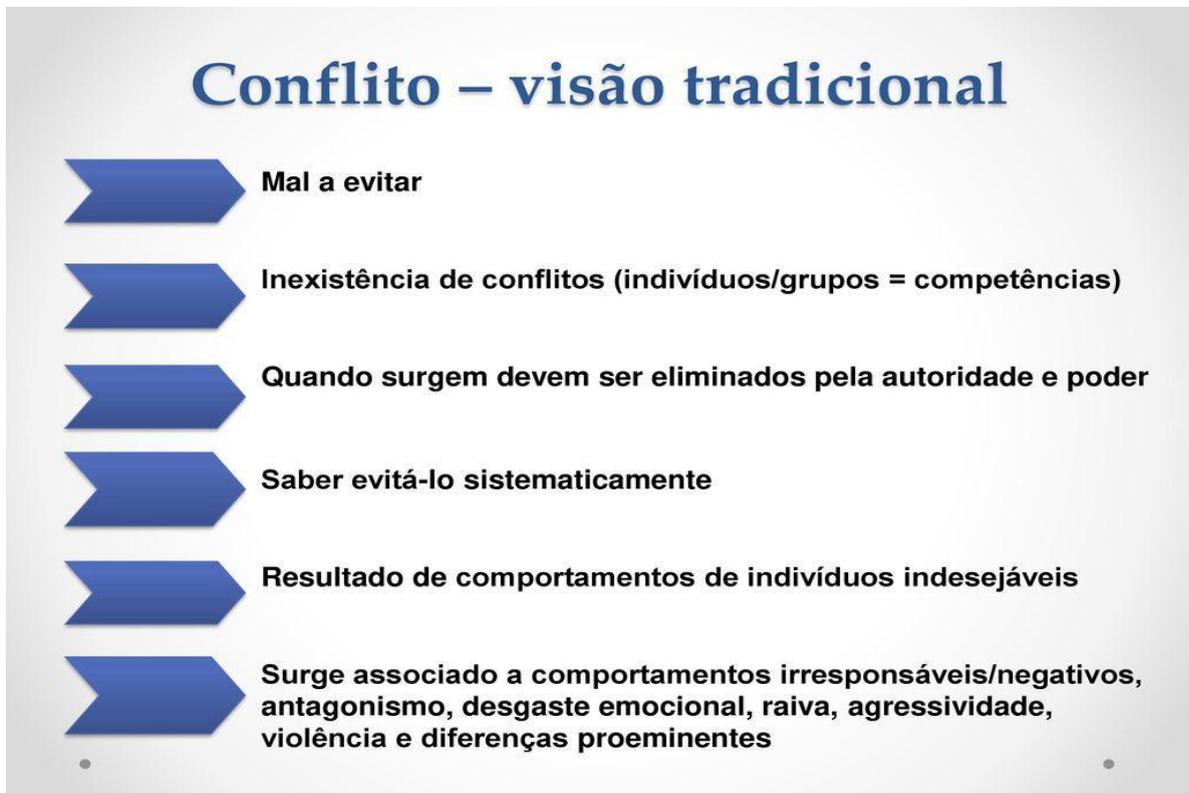
Uma fonte comum de conflitos é uma demanda do projeto. O que aparentemente é bom para uma parte interessada, pode ser conflitante em relação a outra demanda solicitada.

Abaixo algumas das técnicas usadas para gerenciar os conflitos:

- Retirar/evitar (Recuar): Postergar a entrada numa situação de conflito efetivo ou potencial e deixar para resolver mais tarde ou para que o problema seja resolvido por outros.
- Suavizar/acomodar (Panos quentes): Enfatizar as áreas de acordo e não as diferenças.
- Ceder/conciliar: Encontrar soluções que tragam alguma satisfação para os envolvidos (perde-perde).
- Forçar/direcionar (Imposição): Forçar um ponto de vista em detrimento dos outros (ganha-perde).
- Colaborar/resolver o problema: Incorporar diversos pontos de vista e opiniões que resulta no consenso e compromisso (requer atitude de troca e diálogo) (ganha-ganha).



O conflito é visto como uma luta ativa de cada um por um resultado desejável para si. Valores, percepções e considerações morais diversas. Uma das mais importantes habilidades consiste em solucionar satisfatoriamente os conflitos. A solução dos conflitos pode ocorrer mediante três estratégias: evitando-os, adiando-os ou, confrontando-os.



● **Tópico 2: Conversas difíceis**

Imprevistos e conflitos são situações que sempre podem acontecer dentro de uma empresa. Nessas ocasiões, é comum que as lideranças precisem ter **conversas difíceis** com seus liderados e esclarecer alguns pontos. O problema é que nem sempre os líderes sabem como abordar esses temas e acabam gerando muita ansiedade ou até mesmo adiando o diálogo por medo.

Entender **como conduzir esse tipo de situação** é fundamental para uma liderança eficiente e humanizada.

Conversas difíceis no trabalho são cercadas de **muita expectativa e ansiedade**, tanto para o representante da empresa quanto para o colaborador. Por isso, é fundamental ajustar as percepções para que a abordagem seja feita da forma mais tranquila e amigável possível. Para exercer uma liderança humanizada, é importante expor não só as

dificuldades encontradas, mas também **trazer soluções que possam melhorar a situação** de maneira construtiva.

A empatia e a inteligência emocional são soft skills primordiais na hora de aplicar o feedback negativo ou relatar problemas e conflitos. Assim, os líderes devem tentar **visualizar o problema da perspectiva do profissional** e encarar as conversas difíceis como uma oportunidade de crescimento para que o time possa aprender com seus erros.

Muitas situações podem levar a conversas difíceis na empresa e cada uma delas pode exigir do profissional uma postura diferente. Por isso, é essencial entender melhor os motivos da conversa para **se preparar com antecedência**.

✓ **4 dicas para ter conversas difíceis na empresa:**

Alguns passos podem ajudar as lideranças a tornarem essas conversas difíceis mais leves e produtivas. .

1. Evite mistérios

Quanto mais a situação se estender antes da conversa principal, maior será o medo e a ansiedade provocados no colaborador. Assim, é importante deixar claro, desde o início, o que será tratado no papo.

Essa é uma forma de mostrar respeito e empatia pelo colaborador e garantir que ele possa se preparar para mostrar suas justificativas e pontos de vista, sem ficar na defensiva ou agir com raiva.

2. Crie um roteiro

Planejar-se para a conversa também é importante para evitar fugir do tema e garantir um ambiente seguro para o ouvinte. Uma dica é criar um roteiro simples com alguns pontos-chave, por exemplo, a situação que ocorreu, as consequências causadas por ela e as soluções propostas.

3. Conheça o indivíduo

Nem todas as pessoas são iguais, por isso, nem sempre elas reagirão da mesma forma ao se depararem com uma conversa difícil no trabalho. Portanto, conhecer a fundo cada indivíduo e seus perfis comportamentais é uma forma de entender como deve ser direcionado o feedback, para que ele seja absorvido da melhor forma.

4. Tenha embasamento

Mais do que apenas relatar situações, é válido apresentar fatos e dados que embasam a conversa, para torná-la mais objetiva. Se o colaborador está tendo um queda de performance, por exemplo, a liderança pode apresentar sua última avaliação de desempenho para mostrar que as metas não foram alcançadas.

Esse tipo de postura ajuda o colaborador a entender que não se trata de uma questão pessoal, tornando-o mais aberto para definir novas metas para o futuro.

É importante entender que o líder é o principal responsável pelos sucessos, falhas, crescimento e desempenho de seus liderados. Por isso, ele tem um papel importante tanto na condução de conversas difíceis quanto em evitar que elas precisem acontecer.

Ao conduzir essas situações é essencial ser positivo e otimista, evitando constranger o colaborador ou transformar a conversa em um monólogo. Deixe o profissional mostrar o seu lado, dar as justificativas necessárias e entender como ele pode melhorar.

Além de saber como diminuir a ansiedade e o nervosismo diante desse tipo de situação, é importante entender como você pode evitar que elas aconteçam. Uma boa dica é criar uma cultura de feedbacks constantes, mapeando os problemas antes que eles se tornem maiores.

Mas por mais humanizada que a gestão de pessoas seja, conversas difíceis sempre vão existir na empresa. Por isso, é crucial que as lideranças estejam preparadas para lidar com imprevistos e saibam como conversar de forma clara e eficiente.



- **Tópico 3: Comunicação não violenta**

Em um mundo violento, cheio de preconceitos e mal entendidos, busca-se ansiosamente por soluções. Precisamos criar relacionamentos interpessoais baseados em respeito mútuo, compaixão, e cooperação.

Comunicação não violenta é um modo de se expressar que prioriza o fortalecimento de laços e a continuidade de bons relacionamentos. A CNV acredita que toda forma de comunicação humana tem por objetivo demonstrar necessidades universais.

Ou seja, que existe uma reivindicação por trás de cada mensagem que emitimos,

mesmo que esteja encoberta por gritos, ofensas, julgamentos e agressões verbais ou físicas. Em geral, essa violência é resultado de imposições da cultura dominante, que gera ambientes com grande pressão pelo poder e competitividade. Diante desse cenário, o mais comum é que as pessoas reajam de um jeito negativo, tentando se defender e mascarar suas falhas.

O termo “comunicação não violenta” foi criado pelo psicólogo Marshall Rosenberg por volta dos anos 1960.

Na época, a cultura da segregação racial ainda era bastante difundida nos Estados Unidos, mas algumas escolas se propuseram a mudar essa realidade.

No entanto, era necessário adotar uma postura pacífica para melhorar a convivência e promover a integração entre negros e brancos, e foi pensando nisso que Rosenberg desenvolveu a CNV. Reforçando a capacidade de ouvir sem julgar a outra pessoa, a teoria teve grande importância na mediação de conflitos entre professores, alunos, funcionários e a comunidade no entorno das escolas.

Graças às novas técnicas, cada indivíduo pode encontrar pontos em comum e se colocar no lugar do outro, entendendo melhor suas necessidades, reações e comportamento.

A CNV tem uma série de **finalidades e aplicações**, bastando que seja adaptada ao contexto. A seguir algumas principais:

- Resolução pacífica de conflitos
- Mediação de conflitos
- Promoção da empatia
- Construção de ambientes acolhedores
- Abertura ao diálogo
- Redução de agressões físicas e verbais
- Manutenção de relacionamentos saudáveis
- Gestão otimizada de equipes
- Fortalecimento de uma cultura de parceria e trabalho em equipe
- Humanização no atendimento por profissionais de saúde e outras áreas
- Auxílio em tratamentos de recuperação após traumas e dependência.

Por incentivar uma postura empática, a CNV é uma ferramenta certa para fortalecer vínculos humanos. Afinal, o exercício da empatia nos permite enxergar o mundo a partir da perspectiva da outra pessoa e entender possíveis razões para suas atitudes.

Também ajuda a perceber o impacto das nossas ações nas pessoas que nos cercam e, muitas vezes, têm reações defensivas se pensarem que estão sendo acusadas ou cobradas. Essas reações costumam ser bastante influenciadas pelas emoções, e não por um raciocínio lógico, o que aumenta sua intensidade. Raiva, mágoa e medo são algumas das emoções capazes de provocar atitudes drásticas quando não compreendidas, filtradas e redirecionadas.

A CNV auxilia nesse exercício de entendimento quanto às emoções, produzindo reflexões e reações mais tranquilas.

Quando adotada dentro de uma equipe em uma empresa, por exemplo, a comunicação não violenta favorece a manifestação de todos os colaboradores e lideranças, pois cria um ambiente acolhedor. Isso não significa que não haverá debates ou discussões, e, sim, que será mais fácil chegar a um consenso.

✓ **Alguns pilares da Comunicação Não Violenta.**

1-Pilar Da Consciência

Qualquer mudança interna exige autoconhecimento, concorda? Portanto, antes de aplicar a comunicação não violenta, é preciso olhar para si mesmo sem julgamentos e identificar suas forças e fraquezas. Ou seja, avaliar como tem sido nossa comunicação conosco e com os demais, tendo como guias a colaboração, compaixão, autenticidade e coragem.

2-Pilar Da Linguagem

A linguagem – seja ela verbal ou não verbal – tem o poder de unir ou afastar as pessoas, de gerar e solucionar conflitos.

Entender essa máxima é essencial para praticar a CNV, pois a linguagem está no cerne de qualquer tipo de comunicação, viabilizando a transmissão de uma mensagem e a troca de informações. Daí a importância de pensar não só antes de agir, mas também antes de falar. Procure avaliar o efeito das suas palavras sobre os ouvintes.

3-Pilar Da Comunicação

Depois de assimilar os possíveis impactos da linguagem, é necessário saber como pedir e como ouvir. Vale começar nos perguntando se estamos, de fato, ouvindo, ou apenas esperando a nossa vez de falar e tentar convencer os demais de que nosso ponto de vista é o correto.

Tenha em mente que opiniões distintas são comuns e que não precisam se tornar pretexto para um conflito. Você não precisa concordar com todos e nem todos precisam concordar com você.

Se todos respeitarem a opinião alheia, já estarão na metade do caminho para encontrar uma solução eficiente.

4-Pilar Da Influência

Essa última etapa tem a ver com aceitar que nem tudo está sob o nosso controle, e dividir o poder com quem está ao nosso redor.

Se pararmos para pensar, veremos que muitos conflitos não terminam porque os envolvidos querem os meios de influência somente para si, querem dominar os demais.

Quando aprendem a partilhar esse controle, cada um pode assumir sua responsabilidade e, junto aos demais, construir uma solução viável.

Uma das melhores formas de começar é reconhecer os julgamentos para, então, separá-los da realidade e dos fatos.

Isso porque, ao julgar, aplicamos preconceitos à maneira como enxergamos as

peças e tiramos conclusões precipitadas que bloqueiam nossa percepção e empatia.



- **Tópico 4: Regras universais**



Vivemos em uma cultura de violência, em que os conflitos, as controvérsias, as disputas e as diferenças tendem a ser resolvidos de forma punitiva, coercitiva e agressiva.

A violência tem sido validada como possibilidade para resolver questões sociais e interpessoais. No espaço escolar, como é de se esperar, verificamos a reprodução desse comportamento. A construção de padrões legitimados socialmente para o comportamento humano cria e perpetua espaços para que a violência aconteça, quando uma pessoa não se encaixa nos modelos esperados

O conflito de regras se resolve pela declaração de invalidez de uma regra. Normalmente estes conflitos podem ser resolvidos mediante o emprego de critérios de resolução de conflitos entre regras jurídicas.

No caso de conflito entre regras, a questão se resolve por exceção ou invalidade de cada uma delas, variando o crivo temporal ou hierárquico (ou ainda, especial).

✓ **Exemplos de conflito no trabalho:**

Rivalidade

Competitividade negativa e hostilidade

Falta de comprometimento com a empresa e com o trabalho

Desvalorização do profissional e das atividades

Falta de empatia com colegas de trabalho.

As práticas restaurativas objetivam melhorar os relacionamentos e colaborar para a construção de uma sociedade inclusiva, empática e pacificadora. Possuem sua origem no modelo de Justiça Restaurativa e têm sido utilizadas para o tratamento de conflitos em diversos locais, inclusive em espaços escolares.

As práticas restaurativas podem ser utilizadas, para:

- » Prevenir violências;
- » Estabelecer valores e cuidados mútuos;
- » Tratar conflitos;

- » Promover a responsabilização;
- » Construir a cultura da paz (respeito, diálogo, cuidado, acolhida, entre outros).

O processo de socialização é constituído durante toda a vida. Para aprender a conviver em sociedade, é preciso compactuar com normas sociais de convivência.

Ao estabelecermos relações restaurativas, a comunicação é fundamental. Para isso, alguns elementos importantes que devem ser considerados e aliados à CNV. São eles:

Escuta Ativa – para um bom diálogo, é preciso escutar com vontade, com atenção e com intenção. Isso requer uma decisão consciente, pois é necessário nos livrarmos de distrações e intervenções. É preciso estar inteiro, prestar total atenção na outra pessoa, além de escutar também com o coração e com a alma.

Sugestões para escuta ativa:

- » Prestar atenção na outra pessoa, permitindo que ela sinta e perceba o interesse pela sua história;
- » Entender a mensagem do ponto de vista do outro, ou seja, da pessoa que fala; Escutar exige esforço para captar a totalidade da mensagem emitida (sentimentos e emoções);
- » Não interromper;
- » Não fazer julgamentos ou reprovações;
- » Ter empatia;
- » Parafrasear ou reformular, para ter certeza de ter entendido o que foi dito

O conflito pode ser dividido em dois tipos: **interno e externo**. O conflito interno, ou intrapessoal, envolve dilemas de ordem pessoal. O externo envolve vários níveis: interpessoal, intragrupal, intergrupal, intraorganizacional e interorganizacional.

Além disso, o conflito pode ocorrer em três níveis de gravidade:

Conflito percebido (latente): as partes percebem e compreendem a existência do conflito;

Conflito experienciado (velado): ocorre quando o conflito gera sentimentos de hostilidade, de raiva, de medo, de descrédito entre as partes. Chama-se de conflito velado quando não é exteriorizado claramente;

Conflito manifestado (conflito aberto): o conflito é expresso através de um comportamento de interferência ativa ou passiva por pelo menos uma das partes. Se manifesta sem dissimulação.

O relacionamento interpessoal é uma das inúmeras variáveis que interferem na produtividade, na comunicação, na construção da confiança e na cooperação entre as pessoas gerando consequências aos resultados organizacionais. Em ambientes corporativos é natural que diferenças e divergências de opiniões gerem conflitos. Nessas situações, o líder tem papel fundamental, pois é ele quem pode não apenas evitar as situações conflitantes, mas também resolvê-las da melhor maneira possível, minimizando o impacto do problema.

Pressão no trabalho, expectativas frustradas, condições de trabalho inadequadas e problemas de comunicação são alguns dos motivos que geram divergências no dia a dia das empresas.

É necessária muita atenção do líder e um acompanhamento mais próximo da equipe para que os impactos representem menos riscos à saúde da empresa e promovam um ambiente mais cordial entre colaboradores, fornecedores e clientes.

Cada situação vai exigir uma abordagem específica para a resolução de conflitos gerados no ambiente de trabalho. O líder deve ter conhecimento dos fatos, ouvir os envolvidos, deixá-los à vontade para falar e identificar soluções que sejam equilibradas e justas para todas as partes.

Tenha controle emocional e não se deixe envolver. Visualize oportunidades com a situação de conflito. Mesmo nas situações mais difíceis, evite os sequestros emocionais, os pensamentos e sentimentos instáveis.

Ouçá com atenção e seja capaz de ponderar o ponto de vista dos envolvidos. Se coloque no lugar das pessoas envolvidas no conflito e avalie a situação com base em acontecimentos diários, fatos e dados. Conheça muito bem seus funcionários: seus pontos fortes e os de melhoria. Seja flexível e receptivo às questões profissionais e pessoais de cada um dos integrantes do time.



2.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

O video foi gravado de forma simples, e está disponibilizado no canal do Youtube.

<https://www.youtube.com/watch?v=RXyVSLa4Vrc>



Contador: Produtor de informações uteis aos usuarios da contabilidade para tomada de decisões sendo a contabilidade uma ferramenta de auxilio ao administrador na produção de dados reais com credibilidade para conduzir a empresa a atingir seus objetivos e resultados.

A principal diferença entre auditoria e pericia é que a auditoria opera através de um processo de amostragem e a pericia sobre um determinado ato ligado ao patrimonio das entidades físicas ou jurídicas.

3. CONCLUSÃO

O material evidenciou a importância dos trabalhos de auditoria contábil interna e externa, agregadas a um sistema de controle interno, vem se destacando nas organizações,

independente do porte, ou ramo de atividade dos empreendimentos e o quanto podem colaborar para seus desenvolvimentos.

No atual cenário econômico altamente competitivo, onde estão inseridas as pequenas e médias empresas, faz-se necessário a adoção de ferramentas a fim de prolongar suas permanências no mercado, projetando resultados positivos para os negócios.

As perguntas norteadoras deste estudo foram se o trabalho de auditoria pode contribuir no processo de gestão das pequenas e médias empresas reduzindo a taxa de mortalidade, e quais os benefícios que o trabalho do auditor pode proporcionar a essas empresas.

Deste modo, observou-se que as aplicações destes recursos de auditoria e controle nas organizações são importantes instrumentos de gestão, visto que atuam diretamente no planejamento, prevenindo e detectando problemas, propondo soluções, colaborando efetivamente para a reestruturação, reduzindo significativamente as taxas de encerramentos prematuros das operações.

Portanto, verificou-se que a auditoria interna ou independente, unidas a um sistema de controle interno, quando desempenhadas de forma eficiente, são exímias atividades de gestão, assessoramento e auxílio, abrangendo mecanismos de suporte para os empreendedores, proporcionando diversos benefícios para a redução de riscos e a continuidade dos negócios.

Conclui-se que as utilizações destas ferramentas são de suma relevância para as empresas, pois analisam o desenvolvimento estrutural e patrimonial das organizações, atuam na apuração de dados, verificação e prevenção de falhas e irregularidades que levam a ocorrência de adversidades, como erros e fraudes e fornecem informações preciosas aos administradores para tomada de decisões, assegurando que as metas sejam alcançadas com eficácia, contribuindo para o crescimento, sucesso e longevidade, almejando perspectivas satisfatórias para o futuro dos empreendimentos.

As atividades de controle dentro das organizações são ferramentas de fundamental importância, pois atuam no planejamento, traçando metas, auxiliando os empreendedores no gerenciamento dos negócios e na tomada de decisões, capacitando sua equipe para um desempenho eficaz quanto à realização dos trabalhos, desenvolvendo procedimentos de execução das tarefas, contribuindo para a prevenção de erros e irregularidades nas empresas.

Um sistema de controle interno bem desenvolvido pode incluir o controle orçamentário, custos-padrão, relatórios operacionais periódicos, análises estatísticas, programas de treinamento de pessoal e, inclusive, auditoria interna. Pode também, por conveniência, abranger atividades em outros campos, como, por exemplo, estudo de tempos e movimentos, e controle de qualidade.

Entretanto, observa-se que a utilização de um sistema de controle interno é um instrumento de fundamental relevância para a gestão das pequenas e médias empresas e para uma administração bem-sucedida, colaborando para a obtenção de resultados

satisfatórios, proporcionando um maior desempenho operacional e sua sobrevivência no mercado.

O perito-contador judicial é profissional de nível superior, com especialização em assunto fisco-contábil, que mostra atos e fatos que estão entranhados no patrimônio. Ilumina os leigos, e será nomeado pelo juiz, desta forma, pode-se entender que o perito é o olhar tecnológico e científico do magistrado, a extensão da justiça, ou seja, o apoio científico ao ilustre condutor judicial.

A segurança contabilística é vista como sendo condição vital de uma escrituração, balancetes e balanços ou qualquer peça, documento ou relatório, que traga informações de ordem econômica, financeira ou social, em que se pode confiar, assim, é o estado em que se assegura a autenticidade e/ou a boa qualidade de uma informação e se assume, junto aos utentes, o dever de ressarcir-los em caso de ineficiência ou fraude comprovada. Segurança contabilística é criadora da certeza adquirida por demonstração científica e como exemplo, se têm toda a escrituração, realizada em ordem cronológica, de forma individual, com clareza e lastreada em documentos idôneos, isto é, revestida das peculiaridades intrínsecas e extrínsecas.

A segurança e a certeza pericial servem para confirmar ou negar afirmações constantes dos autos. A moderna perícia contábil utiliza-se da teoria pura da contabilidade para dizer a real situação dos documentos e provas entranhadas aos autos, com a finalidade de instruírem um litígio. É a ciência pura, e somente ela, que tem condições de modernizar o labor da perícia contábil.

Entranto, entendi que a auditoria contábil compreende o exame de documentos, livros contábeis, registros, além de realização de inspeções e obtenção de informações de fontes internas e externas, tudo relacionado com o controle do patrimônio da entidade auditada. O Contador deve fazer parte desse mundo novo, pesquisando, atualizando-se e sendo competente e ético com seus clientes na sociedade em geral.



REFERÊNCIAS

Auditoria: conceitos e aplicações. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. **Simples nacional**. Resolução CGSN N° 135, de 22 de Agosto de 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Legislação da profissão contábil**. Normas Brasileiras De Contabilidade NBC TA– De Auditoria Independente.
Normas Brasileiras De Contabilidade NBC PA- Do Auditor Independente.
Normas Brasileiras De Contabilidade NBC TI 01, NBC PI 01 – Auditoria Interna.

Auditoria contábil: normas de auditoria, procedimentos e papeis de trabalho, programas de auditoria, relatórios de auditoria. São Paulo: Atlas, 2001.

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2017. **Empreendedorismo no brasil-2016**.

Perícia Contábil: em uma abordagem racional científica. Curitiba: Juruá, 2011.

Introdução à Perícia, Auditoria e Consultoria Contábil. Curitiba: Juruá, 2010

<https://periciasonline.com.br/perito-judicial-vs-assistente-tecnico/>

<https://www.brasilcorrespondentes.com.br/o-que-e-suspeicao-e-impedimento-na-pericia-contabil/>

<https://www.contabeis.com.br/artigos/4449/pericia-contabil-conceitos-tipos-de-pericias-como-planejar-e-executar>.

<https://escritoriodeprojetos.com.br/gerenciamento-de-conflitos>

<https://comunidade.ceodofuturo.org.br/blog/comunicacao-nao-violenta>

ANEXOS

ANEND

AUDITORES INDEPENDENTES S/C

Rio de Janeiro, 29 de março de 2011.

À
 DD. DIRETORIA DA
AS-PTA ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA
 RIO DE JANEIRO - RJ

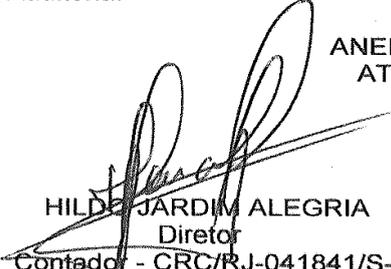
REF.: RELATÓRIO FINAL N.º 01/2010 SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

Apresentamos a V.Sas. o conjunto das Demonstrações Contábeis acima referenciadas, composto de:

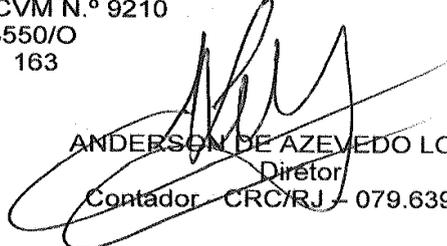
- 1 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES;
- 2 – BALANÇO PATRIMONIAL;
- 3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO;
- 4 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA;
- 5 – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL;
- 6 - DEMONSTRAÇÕES DA VARIAÇÃO DO PATRIMONIO CIRCULANTE LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS
- 7 - DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
- 8 – NOTAS EXPLICATIVAS

Releva observa que este relatório representa, através do Parecer dos Auditores Independentes, nossa opinião definitiva sobre as peças contábeis e os controles internos utilizados por V.Sas. no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo que o consubstanciamento do referido Parecer encontra-se nos Relatório Circunstanciado de Auditoria.

ANEND – AUDITORES INDEPENDENTES
 ATO DECLARATÓRIO CVM N.º 9210
 CRC-RJ n.º 003550/O
 IBRACON n.º 163


 HILDE JARDIM ALEGRIA
 Diretor

Contador - CRC/RJ-041841/S-RJ


 ANDERSON DE AZEVEDO LOPES
 Diretor

Contador - CRC/RJ - 079.639/O-6

À
DD. DIRETORIA DA
AS-PTA ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA
RIO DE JANEIRO - RJ

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Examinamos as demonstrações contábeis da **AS-PTA ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, das variações do patrimônio circulante líquido dos exercícios e do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **AS-PTA ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **AS-PTA ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **AS-PTA ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, essas demonstrações contábeis quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AS-PTA ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

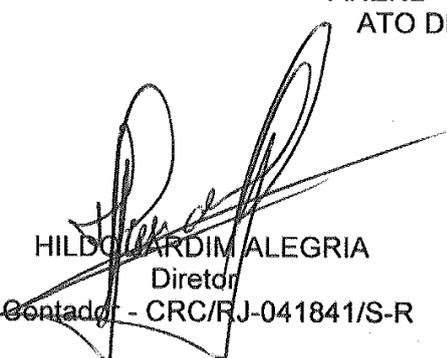
Como evento subsequente, em 27 de novembro de 2009, foi publicado a Lei nº 12.101 que regulamenta novos procedimentos a serem adotados pelas Entidades Sem Fins Lucrativos, possuidores do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS, a fins de adotarem critérios de renovação do referido Certificado e de outras providências, entretanto, ainda não houve por parte do Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome regulamentação de procedimentos técnicos e operacionais a serem adotados para fins de atender a nova exigência.

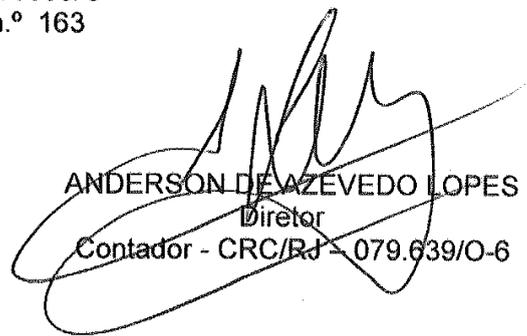
Conforme Decreto nº 7.237 de 20 de julho de 2010, foi regulamentada a Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social, e dá outras providências.

Conforme Decreto nº 7.300 de 14 de setembro de 2010, foi regulamentada o art. 110 da Lei no 12.249, de 11 de junho de 2010, e altera o Decreto no 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2011.

ANEND – AUDITORES INDEPENDENTES
ATO DECLARATÓRIO CVM N.º 9210
CRC-RJ n.º 003550/O
IBRACON n.º 163


HILDO CARDIM ALEGRIA
Diretor
Contador - CRC/RJ-041841/S-R


ANDERSON DE AZEVEDO LOPES
Diretor
Contador - CRC/RJ - 079.639/O-6

AS-PTA ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA

MATRIZ LOCALIZADA NO RIO DE JANEIRO, COM FILIAIS EM RECIFE/PE, ESPERANÇA/PB E PORTO UNIÃO/SC.
 SOCIEDADE CIVIL DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS
 CNPJ: 35.796.341/0001-08

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		PASSIVO	
	2.010	2.009	
CIRCULANTE			CIRCULANTE
Disponível	836.699,25	909.920,12	Fundos de Projetos
Caixa	1.685,66	1.701,66	Contas a Pagar
Bancos Conta Movimento	310.571,16	189.086,38	
Aplicações Financeiras	524.442,43	719.132,08	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE
Outros Créditos	217.448,44	118.081,20	
Adiantamentos	93.652,70	51.896,68	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Despesas Antecipadas de Convênios	123.795,74	66.184,52	Patrimônio Social
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	1.054.147,69	1.028.001,32	Ajustes de Exercícios Anteriores
NÃO CIRCULANTE			Superávit/Déficit do Exercício
Realizável a Longo Prazo	34.099,64	36.694,87	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Créditos	34.099,64	36.694,87	
Imobilizado	253.412,58	170.626,26	
Imobilizado	778.000,33	702.005,33	
(-) Depreciação	(524.587,75)	(531.379,07)	
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	287.512,22	207.321,13	
TOTAL DO ATIVO	1.341.659,91	1.235.322,45	TOTAL DO PASSIVO
			1.341.659,91
			1.235.322,45

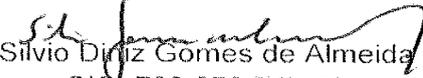

 Silvio Piniz Gomes de Almeida
 CRC: 709.878.747-72
 Coordenador Executivo


 Mauricio Aristides Sperduto
 CRC/RJ 045552/0-3
 Contador

AS-PTA ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA
MATRIZ LOCALIZADA NO RIO DE JANEIRO, COM FILIAIS EM:
RECIFE/PE, ESPERANÇA/PB E PORTO UNIÃO/SC
SOCIEDADE CIVIL DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS
CNPJ: 35.796.341/0001-08

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	2.010	2.009
RECEITAS	4.525.930,93	4.014.996,87
PROJETOS E CONVÊNIOS	4.358.537,15	3.955.098,60
Doações Públicas Nacionais	201.285,42	151.706,63
Doações Privadas Nacionais	1.505.651,55	762.883,27
Doações Internacionais	2.651.600,18	3.040.508,70
RECEITAS DE BENS E SERVIÇOS	22.716,10	9.785,39
Serviços Educacionais, Publicações	22.716,10	9.785,39
OUTRAS RECEITAS	144.677,68	50.112,88
Financeiras	13.881,94	29.151,89
Eventuais	130.795,74	20.960,99
DESPESAS	4.504.439,81	3.957.294,38
RECURSOS HUMANOS	1.740.728,57	1.738.017,91
Pessoal e Encargos Sociais	1.740.728,57	1.738.017,91
ATIVIDADES SOCIAIS	2.104.183,77	1.562.585,86
Serviços Prestados	341.636,85	186.530,25
Viagens e Estadas	340.068,56	298.646,85
Formação e Eventos	306.967,20	268.505,64
Fomento e Experimentação	977.176,90	583.564,43
Publicação e Difusão	70.629,74	100.082,25
Projetos em Parcerias - Repasses	67.704,52	125.256,44
ADMINISTRATIVAS	584.412,56	588.658,50
Publicação e Difusão	164.802,74	233.525,26
Operacionais	419.609,82	355.133,24
OUTRAS DESPESAS	75.114,91	68.032,11
Financeiras	248,87	52,51
Depreciação	74.866,04	67.979,60
ISENÇÕES USUFRUÍDAS	0,00	0,00
Despesa cota patronal INSS	425.644,68	407.210,53
(-) Isenção conta patronal	(425.644,68)	(407.210,53)
Despesa COFINS	135.777,92	120.449,90
(-) Isenção COFINS	(135.777,92)	(120.449,90)
Despesa CSLL	2.578,93	6.924,29
(-) Isenção CSLL	(2.578,93)	(6.924,29)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	21.491,12	57.702,49

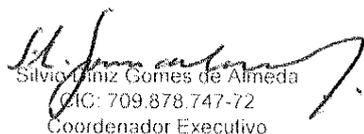

 Silvio Diriz Gomes de Almeida
 CIC: 709.878.747-72
 Coordenador Executivo

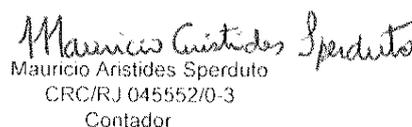

 Mauricio Aristides Sperduto
 CRC/RJ 045552/0-3
 Contador

AS-PTA ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA
 MATRIZ LOCALIZADA NO RIO DE JANEIRO, COM FILIAIS EM:
 RECIFE/PE, ESPERANÇA/PB E PORTO UNIÃO/SC
 SOCIEDADE CIVIL DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS
 CNPJ: 35.796.341/0001-08

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.010	2.009
Superávit (Déficit) Líquido	21.491,12	57.702,49
Ajustes p/Reconciliar o Superávit(Déficit) Líquido/Caixa Líquido		
Aplicado/Obtido nas/ das Atividades Operacionais		
Depreciação e amortização	(6.791,32)	67.979,60
Aumento (diminuição) das contas do ativo e passivo circulantes:	-	
Contribuições a receber		
Estoques		
Outros créditos curto e longo prazo	(96.772,01)	3.211,49
Fundo de Projetos	30.276,04	(106.527,37)
Salários e encargos sociais		
Outros débitos/contas a pagar - Curto e longo prazo	(8.587,06)	7.034,65
Caixa líquido obtido (aplicado) nas/das atividades operacionais	(60.383,23)	29.400,86
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de investimentos permanentes		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(75.995,00)	(74.537,14)
Caixa líquido obtido (aplicado) nas/das atividades investimentos	(75.995,00)	(74.537,14)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variação em Empréstimos		
Variação no Patrimônio Social (exceto Reserva de Superávit)	63.157,36	
Caixa líquido obtido (aplicado) nas/das atividades financiamentos	63.157,36	
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO NOS CAIXAS EQUIVALENTES	(73.220,87)	(45.136,28)
CAIXA EQUIVALENTES EM 01 DE JANEIRO 2010 E 2009	909.920,12	955.056,40
CAIXA EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO 2010 E 2009	836.699,25	909.920,12


 Silvio Luiz Gomes de Almeida
 CFC: 709.878.747-72
 Coordenador Executivo


 Mauricio Aristides Sperduto
 CRC/RJ 045552/0-3
 Contador

AS-PTA ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA

MATRIZ LOCALIZADA NO RIO DE JANEIRO, COM FILIAIS EM RECIFE/PE, ESPERANÇA/PB E PORTO UNIÃO/SC

SOCIEDADE CIVIL DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS

CNPJ 35.796.341/0001-08

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Descrição	Patrimônio Social	Ajustes de Exercícios Anteriores	Superávit ou Déficit do Exercício	Total
Saldo em 31/12/2008	250.866,65	-	(242.742,83)	8.123,82
Transferência de Saldo	(242.742,83)	-	242.742,83	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-
Déficit do exercício de 2008	-	-	57.702,49	57.702,49
Saldo em 31/12/2009	185.508,14	-	57.702,49	243.210,63
Transferência de Saldo	57.702,49	-	(57.702,49)	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	63.157,36	-	63.157,36
Superavit do exercício de 2010	-	-	21.491,12	21.491,12
Saldo em 31/12/2010	243.210,63	63.157,36	21.491,12	327.859,11


 Sílvia Diniz Gomes de Almeida
 CPF 709.878.747-72
 Coordenador Executivo


 Mauricio Aristides Sperduto
 Contador CRC/RJ 045.552/O-3

AS-PTA ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA
 MATRIZ LOCALIZADA NO RIO DE JANEIRO, COM FILIAIS EM:
 RECIFE/PE, ESPERANÇA/PB E PORTO UNIÃO/SC
 SOCIEDADE CIVIL DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS
 CNPJ: 35.796.341/0001-08

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO PATRIMONIO CIRCULANTE LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

CONTAS	ANO	2010	2009	VARIAÇÃO
ATIVO CIRCULANTE		1.054.147,69	1.028.001,32	26.146,37
PASSIVO CIRCULANTE		(1.013.800,80)	(992.111,82)	(21.688,98)
PATRIMÔNIO CIRCULANTE LÍQUIDO		40.346,89	35.889,50	4.457,39

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis


 Silvio Diniz Gomes de Almeida
 CIC: 709.878.747-72
 Coordenador Executivo


 Mauricio Aristides Sperduto
 CRC/RJ 045552/0-3
 Contador

AS-PTA ACESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA
MATRIZ LOCALIZADA NO RIO DE JANEIRO, COM FILIAIS EM:
RECEFE/PE, ESPERANÇA/PB E PORTO UNIÃO/SC
SOCIEDADE CIVIL DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	2010	%
RECEITAS	22.716,10	
Receitas de Atividades Educacionais		
Receitas de Prestação de Serviços	22.716,10	
Receitas Patrimoniais	-	
Receitas Não Operacionais	-	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	584.661,43	
Custos de Manutenção das Atividades		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	584.661,43	
VALOR ADICIONADO BRUTO	(561.945,33)	
Depreciações	74.866,04	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(636.811,37)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA	4.503.214,83	
Doações / Subvenções	4.489.332,89	
Receitas Financeiras	13.881,94	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	3.866.403,46	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Empregados	1.740.728,57	45,02
Governo	-	-
Assistência Educacional e Social	2.104.183,77	54,42
Superávit apurado no exercício	21.491,12	0,56
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	3.866.403,46	100,00

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


 Silvio Diniz Gomes de Almeida
 C/C: 709.878.747-72
 Coordenador Executivo


 Maurício Aristides Sperduto
 CRC/RJ 045552/0-3
 Contador

**NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010.**

I – CONTEXTO OPERACIONAL:

NOTA 01

A AS-PTA ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA é uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, beneficentes e de assistência social, com atuação em todo território nacional que, sem distinção de nacionalidade, credo ou raça, orienta suas atividades para o desenvolvimento das parcelas carentes da população rural e se rege pelo seu Estatuto Social e pelas legislações aplicáveis.

II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

NOTA 02

As demonstrações contábeis estão sendo elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e atendendo às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.152/2009 que aprovou a NBC T 19.18 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e da Medida Provisória nº 449/2008 que alterou artigos da Lei 6.404/76 e especialmente a Resolução CRC nº 877/2000, que aprovou a NBC T 10.19 – Entidades Sem Fins Lucrativos, Resolução CFC nº 686/90 e alterações, que aprovou a NBCT 3.3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 758/93, que aprovou a NBCT 8 – Das Demonstrações Contábeis e Resolução nº 66, de 16 de abril de 2003 do Ministério da Assistência Social – Conselho Nacional de Assistência Social e demais disposições adotadas por entidades sem fins lucrativos.

III – RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

NOTA 03

A prática contábil adotada é pelo regime de competência;

NOTA 04

Na disponibilidade de Caixa, registra os recursos de liquidez imediata;

NOTA 05

Na disponibilidade de Bancos Conta Movimento, está demonstrada de acordo com as conciliações Bancárias, em conformidade com os registros contábeis, evidenciados pelos extratos de contas correntes bancárias, em suas respectivas datas de operações;

AS-PTA - ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA.
Matriz localizada no Rio de Janeiro, com filiais em Recife/PE, Esperança/PB e Porto União/SC.
SOCIEDADE DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS.
CNPJ 35.796.341/0001-08

**NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010.**

NOTA 06

Na disponibilidade de Aplicações Financeiras, estão demonstradas pelo valor da aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência;

NOTA 07

A entidade não mantém a Provisão para Devedores Duvidosos em decorrência de suas finalidades filantrópicas e assistenciais, entretanto conforme NBC T 10.19.2.2., a Província deveria constituir provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas, com base em estimativas de seus prováveis valores de realização, e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados;

NOTA 08

Conforme Lei nº 11.638/2008 e a MP 449/08, e Resolução do CFC 1.152/09 a conta Ativo Permanente, foi excluída passando a fazer parte do Ativo Não Circulante e está registrado pelo custo de aquisição, acrescido das adições ocorridas até o encerramento do Balanço e as respectivas depreciações foram efetuadas em observância as taxas lineares aplicáveis a cada tipo de bem.

NOTA 09

As obrigações registradas no Passivo Circulante estão apropriadas de acordo com os documentos de suporte e de acordo com suas competências.

NOTA 10

O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido dos valores dos superávits, ocorridos até o encerramento do exercício.

NOTA 11

As receitas da entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimentos, entre eles, notas fiscais, avisos bancários, recibos e outros. As receitas estão apuradas pelos créditos contabilizados, não havendo, até então inadimplências ou valores considerados incobráveis. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais, Folhas de Pagamento de Pessoal e recibos, em conformidade com as exigências legais e fiscais.

NOTA 12

A entidade no ano de 2010 recebeu Doações Nacionais no valor de R\$ 1.706.936,97 e Doações Internacionais no valor de R\$ 2.651.600,18 onde foram aplicadas na sua finalidade institucional de acordo com seu Estatuto Social.

AS-PTA - ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA.
 Matriz localizada no Rio de Janeiro, com filiais em Recife/PE, Esperança/PB e Porto União/SC.
SOCIEDADE DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS.
CNPJ 35.796.341/0001-08

**NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010.**

NOTA 13

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais

NOTA 14

Fundos de Projetos

Os recursos recebidos para a execução dos projetos e convênios vigentes, são lançados no passivo na conta de Fundos de Projetos. Considera-se os valores repassados, deduzidos das respectivas despesas executadas até o período, para apuração do saldo em 31 de dezembro.

Os saldos positivos estão apresentados no Passivo na conta Fundos de Projetos e são destinados às atividades do exercício seguinte. Os saldos negativos estão apresentados no Ativo, na conta Despesas Antecipadas de Convênios e serão reembolsados no próximo repasse de recursos. A seguir apresentamos os saldos:

Projetos e Convênios	Nº PROJETO	Saldos em 31/12/2010
ACTIONAID BRASIL	ANA/2009	91.159,57
ATER	0184092-74/2005	318.950,83
CÁRITAS	FNS 225/2008	17.106,06
CESE	16490	2.099,16
CISV		6.601,04
COOPERAÇÃO ESPANHOLA	138/2010	27.799,35
EED	2008.0224-G	180.608,26
FLD	1754/2010	3.647,11
FORD IBSA/ADM	10701342/2007	129.506,22
HEIFER	23-1806-03 - PB	77.063,26
ICCO	OXFAM BRAB06 - ASA	3.093,56
ILEIA CI 2007-2010 - CI	MFS-PHASE 2007/2010	(116.830,12)
MISEREOR	233-950-1015	3.781,22
PD/A	428 - MA	30.286,48
PETROBRÁS AMBIENTAL	6000.005414.09.2	10.151,15
PRONAF	170.384-14	43.153,81
PRONAT	177.409-55	65.067,34
PRONAT	170.522-84	3.313,11
WAR ON WANT	LAC/BRA/78/1	(6.965,62)
TOTAL		889.591,79

AS-PTA - ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA.
Matriz localizada no Rio de Janeiro, com filiais em Recife/PE, Esperança/PB e Porto União/SC.
SOCIEDADE DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS.
CNPJ 35.796.341/0001-08

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

NOTA 15

A entidade utiliza-se do grupo de Despesas constante do Balanço Patrimonial para o registro das Isenções da Cota Patronal do INSS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido usufruído.

NOTA 16

Em atendimento ao parágrafo único, artigo 4.º do Decreto n.º 2536 de 07/04/98, no ano de 2010, a entidade usufruiu as seguintes isenções:

- R\$ 425.644,68 correspondentes a Isenção Patronal do INSS e
- R\$ 135.777,92 correspondentes ao COFINS.
- R\$ 2.578,93 correspondentes ao CSLL.

NOTA 17

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 3º do Decreto nº 2536/98, a AS-PTA no ano de 2010 realizou, através das atividades efetuadas o valor de R\$ 2.104.183,77, em conformidade com o Estatuto Social, possibilitando o atendimento em gratuidade, onde foram demonstradas nas contas correspondentes de despesas na Demonstração do Resultado.

Serviços Prestados	341.636,85
Viagens e Estadas	340.068,56
Formação e Eventos	306.967,20
Fomento e Experimentação	977.176,90
Publicação e Difusão	70.629,74
Projetos em Parcerias – Repasses	67.704,52
Total	2.104.183,77

NOTA 18

Demonstrativo das Receitas do ano de 2010 para base de cálculo das Gratuidades:

Doações Nacionais	1.706.936,97
Doações Internacionais	2.651.600,18
Receitas de Bens e Serviços	22.716,10
Receitas Financeiras	13.881,94
Eventuais	130.795,74
TOTAL DAS RECEITAS	4.525.930,93
PERCENTUAL DE GRATUIDADE	X 20%
VALOR DA GRATUIDADE A CONCEDER	905.186,18

AS-PTA - ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA.
 Matriz localizada no Rio de Janeiro, com filiais em Recife/PE, Esperança/PB e Porto União/SC.
 SOCIEDADE DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS.
 CNPJ 35.796.341/0001-08

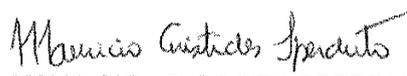
NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

NOTA 19

Demonstramos abaixo a Memória de cálculo, onde demonstra o valor e a porcentagem de gratuidade no ano de 2010.

A	B	C	D	E	F
Receita Bruta	Custo Aplicado em Gratuidades	% Gratuidades $\frac{B \times 100}{A}$	Benefício Usufruído do INSS	Benefício Usufruído do COFINS	Benefício Usufruído do CSLL
4.525.930,93	2.104.183,77	46,49%	425.644,68	135.777,92	2.578,93


 SILVIO DINIZ GOMES DE ALMEIDA
 CPF 709.878.747-72
 Diretor Executivo


 MAURICIO ARISTIDES SPERDUTO
 Contador CRC/RJ 045.552/O-3

Anexos empresa :

STUDIO ALINE RICCI CNPJ: 30.122.207/0001-08			
BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM 31.12.2019			
Circulante	R\$ 21.270,00	Circulante	R\$ 19.470,00
Caixa	R\$ 800,00	Fornecedores	R\$ 6.000,00
Bancos	R\$ 2.470,00	Salários á pagar	R\$ 3.970,00
Clientes	R\$ 3.000,00	Empréstimos	R\$ 8.000,00
Estoques	R\$ 15.000,00	Aluguel á pagar	R\$ 1.000,00
		Impostos a pagar	R\$ 500,00
Realizável a Longo Prazo	R\$ 2.350,00	Exigível a Longo Prazo	R\$ 5.500,00
Adiantamentos	R\$ 600,00	Imposto a pagar	R\$ 2.000,00
Clientes	R\$ 1.500,00	Outras Contas a Pagar	R\$ 3.500,00
Empréstimos a Funcionários	R\$ 250,00		
Ativo Permanente	R\$ 17.500,00	Patrimônio Líquido	R\$ 16.150,00
Imobilizado	R\$ 14.500,00	Capital Social	R\$ 15.120,00
Móveis e Utensílios	R\$ 6.000,00	Lucros do Exercício	R\$ 1.030,00
Equipamentos	R\$ 3.000,00		
Veículo	R\$ 5.500,00		
Diferido	R\$ 3.000,00		
Gasto com Estudos	R\$ 3.000,00		
TOTAL DO ATIVO	R\$ 41.120,00	TOTAL DO PASSIVO	R\$ 41.120,00

STUDIO ALINE RICCI CNPJ: 30.122.207/0001-08			
BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM 31.12.2020			
Circulante	R\$ 17.500,00	Circulante	R\$ 14.800,00
Caixa	R\$ 500,00	Fornecedores	R\$ 5.000,00
Bancos	R\$ 2.000,00	Salários á pagar	R\$ 4.000,00
Clientes	R\$ 2.000,00	Empréstimos	R\$ 3.000,00
Estoques	R\$ 13.000,00	Aluguel á pagar	R\$ 1.000,00
		Impostos a pagar	R\$ 1.800,00
Realizável a Longo Prazo	R\$ 2.000,00	Exigível a Longo Prazo	R\$ 4.500,00
Adiantamentos	R\$ 500,00	Imposto a pagar	R\$ 3.500,00
Clientes	R\$ 1.000,00	Outras Contas a Pagar	R\$ 1.000,00
Empréstimos a Funcionários	R\$ 500,00		
Ativo Permanente	R\$ 15.500,00	Patrimônio Líquido	R\$ 15.700,00
Imobilizado	R\$ 14.500,00	Capital Social	R\$ 15.120,00
Móveis e Utensílios	R\$ 6.000,00	Lucros do Exercício	R\$ 580,00
Equipamentos	R\$ 3.000,00		
Veículo	R\$ 5.500,00		
Diferido	R\$ 1.000,00		
Gasto com Estudos	R\$ 1.000,00		

TOTAL DO ATIVO	R\$ 35.000,00	TOTAL DO PASSIVO	R\$ 35.000,00

STUDIO ALINE RICCI CNPJ: 30.122.207/0001-08			
BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM 31.12.2021			
Circulante	R\$ 25.550,00	Circulante	R\$ 18.300,00
Caixa	R\$ 1.550,00	Fornecedores	R\$ 6.000,00
Bancos	R\$ 4.000,00	Salários á Pagar	R\$ 5.000,00
Clientes	R\$ 5.000,00	Empréstimos	R\$ 3.500,00
Estoques	R\$ 15.000,00	Aluguel á Pagar	R\$ 1.800,00
		Impostos a Pagar	R\$ 2.000,00
Realizável a Longo Prazo	R\$ 3.500,00	Exigível a Longo Prazo	R\$ 5.000,00
Adiantamentos	R\$ 1.000,00	Imposto a Pagar	R\$ 3.000,00
Clientes	R\$ 1.500,00	Outras Contas a Pagar	R\$ 2.000,00
Empréstimos a Funcionários	R\$ 1.000,00		
Ativo Permanente	R\$ 18.500,00	Patrimônio Líquido	R\$ 24.250,00
Imobilizado	R\$ 14.500,00	Capital Social	R\$ 15.120,00
Móveis e Utensílios	R\$ 6.000,00	Lucros do Exercício	R\$ 9.130,00

Equipamentos	R\$ 3.000,00		
Veículo	R\$ 5.500,00		
Diferido	R\$ 4.000,00		
Gasto com Estudos	R\$ 4.000,00		
TOTAL DO ATIVO	R\$ 47.550,00	TOTAL DO PASSIVO	R\$ 47.550,00

STUDIO ALINE RICCI CNPJ: 30.122.207/0001-08				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE (EM Reais) ANOS				
	2.019	2020	2021	ACUMULA DO
RECEITA BRUTA	50.030,00	49.850,00	56.550,00	156.430,00
Receita Operacional	50.030,00	49.850,00	56.550,00	156.430,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	(9.005,40)	(8.973,00)	(10.179,00)	(28.157,40)
Imposto sobre a Venda	(9.005,40)	(8.973,00)	(10.179,00)	(28.157,40)
RECEITA LÍQUIDA	41.024,60	40.877,00	46.371,00	128.272,60
CUSTOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	(38.040,00)	(39.155,00)	(43.552,00)	(120.747,00)

LUCRO BRUTO	2.984,60	1.722,00	2.819,00	7.525,60
DESPESAS OPERACIONAIS	(8.300,60)	(7.460,00)	(8.675,30)	(24.435,90)
Despesas administrativas e gerais	(6.800,60)	(5.850,00)	(6.855,30)	(19.505,90)
Depreciação do Período	(1.500,00)	(1.610,00)	(1.820,00)	(4.930,00)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	403,60	668,00	955,00	2.026,60
Receitas financeiras	655,40	983,20	1.510,20	3.148,80
Despesas financeiras	(251,80)	(315,20)	(555,20)	(1.122,20)
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS)	2.980,80	5.650,00	14.057,80	22.688,60
SUPERÁVIT/DÉFICIT OPERACIONAL	1.053,00	580,00	9.156,50	10.789,50
RESULTADO BAIXA BENS ATIVO IMOBILIZADO	(23,00)	0,00	(26,50)	(49,50)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	1.030,00	580,00	9.130,00	10.740,00

STUDIO ALINE RICCI CNPJ: 30.122.207/0001-08			
Balanço Patrimonial 2019 Indicadores			
Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante			
Ativo Circulante	R\$	21.270,00	
Passivo Circulante	R\$	19.470,00	
indicador		1,09%	1,09 245
Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)			

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo	R\$ 23.620,00		
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	R\$ 24.970,00		
indicador	0,94%	0,94	594
Solvência Geral = Ativo Total / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo			
Ativo Total	R\$ 41.120,00		
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	R\$ 24.970,00		
indicador	1,65%	1,64	678

STUDIO ALINE RICCI CNPJ: 30.122.207/0001-08			
Balço Patrimonial 2020 Indicadores			
Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante			
Ativo Circulante	R\$ 17.500,00		
Passivo Circulante	R\$ 14.800,00		
indicador	1,18%	1,18	243
Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)			
Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo	R\$ 19.500,00		
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	R\$ 19.300,00		
indicador	1,01%	1,01	036
Solvência Geral = Ativo Total / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo			
Ativo Total	R\$ 35.000,00		
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	R\$ 19.300,00		
indicador	1,81%	1,81	347

STUDIO ALINE RICCI CNPJ: 30.122.207/0001-08			
Balço Patrimonial 2021 Indicadores			
Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante			
Ativo Circulante	R\$ 25.550,00		
Passivo Circulante	R\$ 18.300,00		
indicador	1,40%	1,39 617	
Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)			
Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo	R\$ 29.050,00		
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	R\$ 23.300,00		
indicador	1,25%	1,24 678	
Solvência Geral = Ativo Total / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo			
Ativo Total	R\$ 47.550,00		
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	R\$ 23.300,00		
indicador	2,04%	2,04 077	

RELATÓRIO DE AUTO AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem é um dos pontos mais complicados na prática pedagógica. Ela é o resultado de todo o processo de ensino. Uma das iniciativas que visa à colaboração do aluno neste processo é a autoavaliação. Por meio dela o aluno contribui com a avaliação, atribuindo uma nota ao seu desempenho. Uma possibilidade de expandir os objetivos da autoavaliação é elaborá-la como uma ferramenta de avaliação formativa e diagnóstica. Dessa forma, ela exerce o papel de um instrumento de investigação crítica do aluno sobre a sua postura perante os estudos e pode causar correções durante o processo de ensino.

A análise dos resultados poderá analisar os pontos forte e fracos de uma , podendo assim melhorar o grau de satisfação em relação ao curso. As vantagens e desvantagens também são peças fundamentais para essa Auto Avaliação.



RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante A)**1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE****RELATÓRIO: Auto Avaliação****CURSO: Ciências Contábeis****MÓDULO: 3 ano - 2023****PROFESSOR RESPONSÁVEL: PAULO CÉSAR MONTANHEIRO****ESTUDANTE: Carolina Fernanda Ricci Candido da Silva****PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Abril de 2023****2. DESENVOLVIMENTO**

Contextualização: Descreva de forma simples e objetiva, o contexto do projeto como um todo, o que foi proposto e o que foi desenvolvido pela equipe

Desafio: Miores desafios foi entender a diferença entre Pericia e Auditoria.

Cronograma das Ações: Como fiz individual, minha maior dificuldade foi entender os criterios desse modulo.

Síntese das Ações: Como fiz sozinha procurei, ajuda com minha Tia que e formada em Ciências Contábeis e Administração. Foi ela quem me deu total suporte para elaboração do PI.

a. Aspectos Positivos: O curso é muito importante pois abrange bastante a areas, para que seja dado total suporte as empresas, na parte contábil, fiscal, na parte de pericia de auditoria.

b. Dificuldades encontradas: Foi a dificuldade em suportes, para tirar duvidas em tempo real, isso dificultou um pouco para quem faz o curso em EAD.

c. Resultados atingidos: Conforme estudado e elaborado o PI, com a ajuda e suporte da minha tia, formada em Ciências Contábeis e Administração, onde ele atua na area e com isso adquiri bastante conhecimento, na parte de Pericia e Auditoria contábil. Portanto, as informações que adquiri esta me ajudando muito para a minha formação academica.

d. Sugestões / Outras observações: Procurar dar mais atenção e ênfase para os estudantes que procuram esse método de ensino EAD, ter um bom desenvolvimento nas aulas. Para que os alunos possam ter retorno e feedback positivo para a vida profissional.

Que

3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO

RA:1012021100046	Carolina Fernanda Ricci Candido da Silva
------------------	--

RA	NOME
----	------

RA	NOME
----	------

RA	NOME
----	------

RA	NOME
----	------